

ACÇÕES EDUCATIVAS DA COMISSÃO DE ANISTIA



RELATÓRIO DE GESTÃO
2007-2010

Brasília
2010

Ministério da Justiça

ACÇÕES EDUCATIVAS DA COMISSÃO DE ANISTIA

**RELATÓRIO DE GESTÃO
2007-2010**

**Brasília
2010**



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO DE ANISTIA**

Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro da Justiça
LUIZ PAULO BARRETO

Secretário-Executivo
RAFAEL THOMAZ FAVETTI

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO

Secretária-Executiva da Comissão de Anistia
ROBERTA VIEIRA ALVARENGA

Coordenação-Geral de Projetos da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

Coordenação-Geral de Processos da Comissão de Anistia
MULLER LUIZ BORGES

Organizadores
DANIELA FRANTZ
FLÁVIA CARLET
KELEN MEREGALI MODEL FERREIRA
RUANNA LARISSA NUNES LEMOS

Colaboradores
ALAN CRUZ MURADA
MARIANI RODRIGUES GONÇALVES FARIA
MARLEIDE FERREIRA ROCHA
TATIANA TANNUS GRAMA

**Equipe da Comissão de Anistia
Dezembro de 2010**

Assessoria da Secretaria-Executiva

MARIA JOSÉ VICENTE DA SILVA
NATÁLIA COSTA
TATIANA TANNUS GRAMA
LEONARDO SOARES BARREIROS

Assessoria da Presidência
MARLEIDE FERREIRA ROCHA
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA

Assessoria da Vice-Presidência
LEILANNE TAVARES Q. DE SOUZA

Coordenação de Ações Educativas
FLÁVIA CARLET
DANIELA FRANTZ

KELEN MEREGALI MODEL FERREIRA
RUANNA LARISSA NUNES LEMOS
MARIANI RODRIGUES G. FARIA

Coordenação de Cooperação Internacional
MÁRCIO RODRIGO P. B. NUNES CAMBRAIA

ROBERTO FLORES DOS REIS
LOURENA MILHOMEM FLORINDO
ALAN CRUZ MURADA

**Coordenação de Parcerias e Convênios – Projeto
“Marcas da Memória”**

ROSANE CAVALHEIRO CRUZ
EDUARDO HENRIQUE PIRES FALCÃO
PRISCILLA HOFFMANN MERCADANTE
ANA LUIZA MORAES PATRÃO
LEONARDO AGUILAR VILLALOBOS

Coordenação de Comunicação
PAULA DANIELLI ROCHA NOGUEIRA
FERNANDO DA SILVA PINTO

Coordenação do Projeto “Memorial da Anistia”
EDSON CLÁUDIO PISTORI

Coordenação de Registro e Diligência
LÍVIA ALMEIDA SANTOS
ALINE CARRNEIRO DE AGUIAR

HAYARA VIANA SILVA
MAIARA CAROLINA S. DE CASTRO
ARQUIMEDES BARROS RODRIGUES
RACHEL DA FONSECA
HELBERT LOPES ROCHA

Coordenação de Atendimento

RAQUEL NOGUEIRA RAFAEL
JOICY HONORATO DE SOUZA
ANA ETELVINA SUDÁRIO SEMIÃO
LUDMILA DE SOUSA RODRIGUES
CAMILA PEREIRA NERY
ROBERTA MARA DA SILVA
ARIELE BALDOÍNO DOS SANTOS

Coordenação de Análise

ANTONIO CLARETE DE AZEVEDO
PAULA CRISTINA DE GODOY
JULY ANNE ROMUALDO DE ARAÚJO
KAHLIL MARINI THOMÉ
RENATA VENEZA QUIMAS MACEDO
LUIS HILÁRIO DA SILVA DE OLIVEIRA
ODEFRÂNIO VIDAL PIERRE DE MESSIAS
CRISTIANO FERREIRA MORAIS
GABRIELA TAVARES COSTA
MISLENE DOS SANTOS
EDNALDO PORTELA AMORIM

Coordenação de Julgamento

SIMONE ÉLIZA CASAGRANDE
ADRIANNE SEQUENZIA PERFEITO
PATRÍCIA ARAÚJO SARAIVA NOGUEIRA
IRENILCE FERREIRA FONTÃO
ROBERTA ARAÚJO DA SILVA
LEANDRO DE ALMEIDA NOLETO
STEPHANI PATRICIA NOGUEIRA
HUDSON LOPES C. DA SILVA
THIAGO AZEVEDO LUNA
RAIANE FEITOZA DA SILVA
MATHEUS GARCIA DE SANTANA
MAYARA GOMES BORGES

Coordenação de Contadoria e Finalização

WANDER DE CASTRO SILVA
SUZANE QUEIROZ F. DO NASCIMENTO
BERLINKA LIMA FREITAS
JULIANA PRISCILA DE OLIVEIRA
JOSÉ ANTUNES PRIMO JUNIOR
TATIANA FURTADO OLIVEIRA
THIAGO FELIPE DO N. SILVA
ROSEMEIRE DE OLIVEIRA ARAÚJO

Coordenação de Arquivo

ANDRÉA VALENTIM ALVES FERREIRA
CÍCERO CAMPOS DA SILVA
LEONARDO KRIEGER F. BARBOSA
EDUARDO PEREIRA M. PIMENTEL

RODRIGO DE JESUS SILVA
THIAGO JOSÉ DE OLIVEIRA GOMES

Coordenação de Informações Processuais

CAROLINA NUNES BARBOSA DE SOUSA
LÉLIO BEZERRA PIMENTEL
ANTONIO AUGUSTO M. DE F. MACIEL
RODRIGO MERCANTE
EMMANUEL TEIXEIRA ANTUNES
LORENA DAS NEVES CHAVEIRO
NORMA FELICIANO DA SILVA
PAULA GUERRA VARELA
ALEXANDRE SILVA LEMOS
WANDO GUIMARÃES DA GRAÇA
LEOMAR DOS SANTOS BARBOSA
ALDEMIR MIGUEL DOS SANTOS
THIAGO ALBUQUERQUE CUNHA NOBREGA

Secretaria-Geral da Comissão de Anistia

ALEXSANDRA DE OLIVEIRA BRITO
SÉRGIO CARVALHO DA SILVA
GUSTAVO HENRIQUE BAPTISTA SANTANA
JOÃO NILTON DOS S. JUNIOR
ELDA VIEIRA DE LIMA
FABIANA DOS SANTOS RIBEIRO
THIAGO GOMES LIMA
ANTONIO FRANCISCO MÁRCICO RIBEIRO
CLEITON DE OLIVEIRA RODRIGUES
GARDÊNIA AZEVEDO DE OLIVEIRA

Conselheiros da Comissão de Anistia

PAULO ABRÃO (Presidente)
SUELI APARECIDA BELLATO (Vice-Presidente)
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA (Vice-Presidente)
ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
ANA MARIA GUEDES
EDSON CLÁUDIO PISTORI
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
LUCIANA SILVA GARCIA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES
MÁRCIO GONTIJO
MARINA DA SILVA STEINBRUCH
MARIA EMÍLIA GUERRA FERREIRA
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
NARCISO FERNANDES BARBOSA
PRUDENTE JOSÉ DA SILVA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

SUMÁRIO

Projeto Educativo - Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos.....	09
Parte I – Apresentação Geral.....	11
1.1 Dados gerais de identificação da unidade.....	13
1.2 Objetivos	14
1.3 Ações desenvolvidas	14
1.3.1 Caravanas da Anistia	15
1.3.2 Anistias Culturais.....	16
1.3.3 Seminários, Cursos, Oficinas e afins.....	17
1.3.4 Publicações de Materiais Educativos e de Divulgação	20
1.4 Síntese das atividades.....	21
Parte II – Gestão Administrativa.....	43
2.1 Metodologia de trabalho.....	45
2.1.1 Interface com as Coordenações e Setores da Comissão de Anistia	47
2.1.2 Apoio a outros Núcleos e Setores da Comissão de Anistia.....	49
2.2 Procedimentos de Execução das Atividades.....	50
2.2.1 Etapas Fundamentais das Caravanas da Anistia e Anistias Culturais.....	50
2.3 Impacto das Caravanas da Anistia.....	51
2.4 Contributos teóricos à reflexão e ampliação das atividades.....	59
Agradecimentos	63

anistia

Projeto Educativo

Anistia Polítca: Educação para a Democracia,
Cidadania e os Direitos Humanos

anistia

Projeto Educativo

Anistia Política: Educação para a Democracia, Cidadania e os Direitos Humanos

O Brasil, desde o período da redemocratização, vem adotando diferentes medidas para lidar com o acervo autoritário e com o legado de violações perpetradas pelo Estado durante o período de repressão ditatorial. Não por acaso, tem-se sustentado que o processo justransicional brasileiro ainda encontra-se incompleto. A Comissão de Anistia vem cumprindo um papel fundamental nesse contexto histórico, fortalecendo a efetividade desse processo. Para além do papel central na implementação da política de reparação aos ex-perseguidos políticos, tem empregado esforços na execução de políticas públicas de caráter educativo, de memória e de reparação nos campos simbólico e moral.

Em 2007, no âmbito da nova gestão administrativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, propôs-se a criação da Coordenação de Ações Educativas – à época denominada Núcleo Educativo – com o objetivo de executar o eixo de atuação educacional da Comissão de Anistia por meio de ações voltadas ao desenvolvimento e implantação de políticas públicas de memória, verdade e reparação.

A opção pelo viés educativo procedeu da constatação de que no Brasil há um desconhecimento generalizado sobre o período ditatorial. Constatou-se também que versões parciais, e muitas vezes distorcidas, têm sido difundidas nos meios de comunicação e nas escolas. Com o objetivo de contribuir para o seu esclarecimento, tem-se buscado resgatar a memória histórica e difundir a verdade a partir do debate de temas sobre anistia política e justiça de transição e atividades como as Caravanas da Anistia e as Anistias Culturais.

Tais ações foram concebidas em uma perspectiva voltada para a educação em direitos humanos, com o intuito de resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira referente ao período de repressão ditatorial, em articulação com a sociedade civil e demais órgãos do Estado, visando o aprofundamento do processo justransicional brasileiro. Além disso, a metodologia das ações educativas inspira-se nos princípios da educação popular.

A Coordenação, composta por equipe de pessoas com experiência na área dos direitos humanos e em projetos de caráter educativo, teve como tarefa inicial apresentar ao então Ministro da Justiça, Tarso Genro, projeto programático contendo propostas de ações educativas a serem desenvolvidas no período entre 2008 e 2010. Em dezembro de 2007 o projeto, denominado “Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos”, foi oficialmente apresentado durante a realização da atividade “Apresentação do Balanço da Comissão de Anistia”.

Na ocasião, o Projeto Educativo apontou para a necessidade de diversificar e potencializar as funções da Comissão de Anistia, conferindo a ela um caráter educativo e sensibilizador, especialmente junto à juventude. Apontou ainda para a necessidade de divulgar para a sociedade civil o trabalho desenvolvido pela Comissão de Anistia como forma de resgatar a dignidade e a cidadania de todos aqueles que foram perseguidos politicamente pelo regime repressivo ditatorial ocorrido no Brasil. Assim, no empenho de ampliar e aprofundar a dimensão histórica e pedagógica da Comissão, o Ministério da Justiça reconheceu a importância do projeto e incentivou sua efetivação.

Desde sua implantação, o Projeto Educativo vem embasando suas atividades nos princípios da educação em direitos humanos em perspectiva não-formal, realizada fora do âmbito restrito das salas de aula e voltada para a formação de uma consciência social crítica e reflexiva. Busca-se, assim, a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos, a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis social, ético e político e o fortalecimento de práticas individuais e coletivas que gerem ações em favor da promoção e da defesa dos direitos humanos¹.

O relatório que ora se apresenta encontra-se estruturado em duas partes: a primeira contém a apresentação da Coordenação, seus objetivos, o descritivo e síntese das ações desenvolvidas; a segunda apresenta a metodologia de trabalho adotada, os procedimentos básicos necessários para execução das atividades educativas e o impacto das Caravanas da Anistia. Por fim, apresenta-se a relação dos contributos teóricos destinados à reflexão e ampliação das atividades, realizados entre 2009 e 2010.

As informações contidas neste documento foram extraídas do Projeto “Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos”, dos Relatórios Anuais da Comissão de Anistia (anos 2007, 2008 e 2009), e dos produtos apresentados pelas consultoras contratadas por meio do convênio PRODOC BRA/08/021².

O relatório procura, portanto, registrar as ações desenvolvidas no exercício 2007-2010 e destacar os procedimentos administrativos adotados no âmbito das atividades implementadas, visando à transparência da gestão, ao aprimoramento das atividades e à elaboração de ações futuras, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos.

Brasília, dezembro de 2010.

PAULO ABRÃO

Presidente da Comissão de Anistia

¹ BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2006.

² As consultorias objetivaram assessorar a Coordenação de Ações Educativas em suas atividades de mobilização nacional e se consolidaram por meio do Projeto de Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil, firmado em 2008 entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Apresentação Geral

Parte

I

anistia

I.1. Dados Gerais de Identificação

Nome: Coordenação de Ações Educativas

Vinculação: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Norma de criação: Portaria nº 858/2008

Função: Desenvolver políticas públicas de memória, concebidas em uma perspectiva voltada para a educação em direitos humanos, com vistas a resgatar, preservar e divulgar os temas da anistia política, da democracia e da justiça de transição por meio de ações educativas e culturais.

Situação da unidade: em funcionamento

Integrantes da Coordenação de Ações Educativas na gestão 2007-2010:

- **Flávia Carlet – Coordenadora (2007-2010)** – Advogada. Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Direitos Humanos e Democratização pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/Portugal. Membro do Grupo de Pesquisa “O Direito Achado na Rua” do Núcleo de Estudos para a Paz da UnB. Possui experiência nos temas educação em direitos humanos, anistia política e acesso à justiça.
- **Tatiana Tannus Grama (2007-2008)** – Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (1999). Atuou no Ministério da Educação. Possui experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Especiais e especialização em Direito Ambiental, pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).
- **Marleide Ferreira Rocha (2008-2009)** – Advogada. Especialista em Direito Público. Atuação profissional junto aos Movimentos Sociais. Membro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP). Possui experiência nos temas: Convênios e Parcerias, educação em direitos humanos, questão agrária e anistia política.
- **Daniela Frantz (2009-2010)** – Psicanalista, formada pela Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em “Psicanálise na Cultura: Saber e Ética” pela Unijuí. Atuou na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República nas áreas de educação em direitos humanos e direito à memória e à verdade entre 2004 e 2008.

- **Kelen Meregali Model Ferreira (2009-2010)** – Advogada. Pós-graduada em Direito Internacional Público pela Escola Superior do Ministério Público da União. Consultora do PNUD. Membro do Grupo de Estudos Internacionalização do Direito e Justiça de Transição. Atuou no Instituto o Direito por um Planeta Verde. Possui experiência nos temas: educação em direitos humanos e anistia política.
- **Vanda Davi Fernandes de Oliveira (2009-2010)** – Advogada. Doutoranda em Direito Ambiental pela *Universidad de Alicante* na Espanha. Conselheira da Comissão de Anistia. Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB).
- **Ruanna Larissa Nunes Lemos (2010)** – Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Servidora do Ministério da Justiça. Atuou no Programa de Educação de Erradicação do Trabalho Infantil (PETECA) da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região/MPT.

Composição atual da equipe (dezembro de 2010):

Daniela Frantz

Flávia Carlet (Coordenadora)

Kelen Meregali Model Ferreira

Ruanna Larissa Nunes Lemos

I.2. Objetivos

Constituem os principais objetivos da Coordenação de Ações Educativas:

- desenvolver políticas públicas de memória, concebidas numa perspectiva voltada para a educação em direitos humanos;
- resgatar, preservar e divulgar os temas da anistia política, da democracia e da justiça de transição, por meio de ações educativas e culturais;
- diversificar e potencializar as funções da Comissão, conferindo a ela caráter educativo e sensibilizador;
- enfatizar os aspectos simbólicos, históricos e educativos da reparação, para além do seu caráter econômico.

I.3. Ações desenvolvidas

Entre as propostas apresentadas originalmente no texto-base do Projeto Educativo constavam 05 (cinco) ações, direcionadas a oportunizar o conhecimento, a reflexão e o debate referente ao período histórico marcado pela ditadura militar, especialmente aos aspectos atinentes à Lei de Anistia: I) Caravanas da Anistia;

2) Anistias Culturais; 3) Publicações de Materiais Educativos e de Divulgação; 4) Seminário Internacional: 30 anos da Anistia no Brasil; e 5) Prêmios Nacionais (Prêmio Nacional de Monografia sobre Anistia Política e Prêmio Nacional de Documentários).

Destas atividades, as quatro primeiras foram implementadas, tendo as Caravanas da Anistia e as Anistias Culturais se transformado em ações permanentes e verdadeiros “carros-chefe” na divulgação do trabalho da Comissão de Anistia.

Atualmente, a Coordenação de Ações Educativas organiza suas atividades em 04 ações: 1) Caravanas da Anistia; 2) Anistias Culturais; 3) Seminários, Oficinas, Cursos e afins; e 4) Publicações de Materiais Educativos e de Divulgação.

I.3.1. Caravanas da Anistia

As Caravanas da Anistia consistem na realização de sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia política acompanhadas por atividades pedagógicas e culturais. Esta ação visa descentralizar as sessões regulares da Comissão de Anistia ocorridas ordinariamente na Capital Federal, de modo a garantir ampla participação da sociedade civil aos atos reparatórios oficiais; propiciar o debate e a reflexão sobre o período de exceção; valorizar e difundir a história das pessoas que foram perseguidas e torturadas; dar visibilidade à luta política e ao papel desempenhado pelos ex-perseguidos, partidos e organizações clandestinas em prol da democracia e da anistia política; e divulgar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Anistia.

A primeira Caravana ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa, na cidade do Rio de Janeiro, em 04 de abril de 2008. Até dezembro de 2010 foram realizadas 47 edições das Caravanas da Anistia, em 18 estados do país e Distrito Federal, atingindo um público direto de mais de 15 mil pessoas.

Durante as Caravanas, tomou-se o cuidado para que as formalidades necessárias a um julgamento administrativo plenamente adequado não burocratizassem ou impedissem que este momento fosse um espaço de escuta, encontro, olhares e compreensões mútuas entre o Estado que pede desculpas, representado pela Comissão de Anistia, e a sociedade brasileira a ser reparada, representada pelos perseguidos e público presente. Desta forma, além de realizar o resgate da memória e da verdade, as sessões públicas das Caravanas buscam efetivar o direito à reparação tanto nos planos individual e coletivo quanto nos planos material e simbólico.

Considerando o potencial mobilizador e educativo das Caravanas, buscou-se sensibilizar para o tema da anistia política especialmente o público jovem. Percebeu-se que o encontro intergeracional promovido nas Caravanas, consequência da troca de experiências e do processo de escuta coletiva, surte efeitos subjetivos que intensificam o sentimento de solidariedade entre as gerações, revertido, para o jovem, em um despertar de uma postura protagonista e construtora da própria

história e, para o ex-perseguido, em um reconhecimento e valorização de seus ideais. Desta forma, foram realizadas diversas Caravanas da Anistia em parceria com universidades e com a União Nacional dos Estudantes.

Os principais parceiros no período entre 2008-2010 foram a Ordem dos Advogados do Brasil, a Confederação Nacional de Bispos do Brasil, a União Nacional dos Estudantes, a Associação Brasileira de Imprensa, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, universidades, governos estaduais e municipais, entidades de direitos humanos e grupos de ex-presos e perseguidos políticos.

As modelagens flexíveis das Caravanas, adaptadas às perspectivas e necessidades dos amplos e múltiplos parceiros, tornaram-se espaços abertos ao reconhecimento das vivências e dos saberes advindos das experiências políticas e sociais dos ex-perseguidos políticos. Deste modo, aproveitou-se a oportunidade para homenagear várias personalidades emblemáticas na luta pela redemocratização do país, tais como Chico Mendes, João Goulart, Leonel Brizola, Dom Estevão Cardoso de Avellar, Francisco Julião, Bérqson Gurjão, Paulo Freire, entre outras. Importa referir que, por meio do pedido de desculpas oficiais do Estado brasileiro, promoveu-se homenagem a todos os ex-perseguidos que tiveram seus processos julgados nas Caravanas, alcançando um total de 1030 pessoas (em 2008 foram apreciados 234 requerimentos de anistia política, em 2009, 341 processos, e em 2010, 455 processos).

1.3.2. Anistias Culturais

As Anistias Culturais constituem-se em atividades reflexivas desenvolvidas por meio de uma abordagem cultural e pedagógica, a partir de fatos históricos e datas marcantes no processo de luta pela redemocratização do país.

Conforme o projeto programático, as Anistias Culturais objetivavam realizar Ciclos de Debates e Mostras Culturais no âmbito do Ministério da Justiça. Definiu-se no projeto que os Ciclos deveriam ser desenvolvidos mensalmente e estar relacionados a temas relativos ao período de repressão política no país e temáticas afins, discutidos por convidados especiais, como ex-perseguidos políticos, acadêmicos, advogados, e demais pessoas imbuídas pela temática. As atividades do Ciclo seriam abertas ao público, especialmente aos estudantes. Entretanto, o público-alvo seriam os próprios funcionários da Comissão de Anistia.

A Comissão conta com mais de 100 funcionários, sendo em sua maioria jovens e por vezes com pouca clareza sobre o processo de Justiça de Transição adotado por esta gestão da Comissão de Anistia. Desta forma, por meio do Ciclo de Debates propôs-se uma estratégia de sensibilização e formação dos funcionários, de forma a compreenderem profundamente suas atividades diárias.

As Mostras Culturais, por sua vez, seriam semestrais, realizadas no âmbito do Ministério da Justiça, por meio de mostras de filmes, exposições fotográficas,

apresentação de peças teatrais, seguidas de debate. Todavia, na prática, o projeto acabou ampliando seu espectro de atuação e adquirindo novos redesenhos, nem sempre sendo possível perceber a divisão formal entre Ciclo de Debates e Mostras Culturais.

Nesta proposta de redesenho, em algumas atividades foram incluídas sessões de apreciação de requerimentos de anistia política com a intenção de enriquecer o tema desenvolvido na ocasião e sensibilizar o público para as experiências de vida das pessoas que ali deram seu testemunho. Além disso, as atividades também passaram a adotar atos de homenagens por meio de Sessões de Memória e não ficaram restritas ao âmbito do Ministério da Justiça passando a ocorrer em diversas cidades do Brasil.

Em fevereiro de 2008 esta ação foi inaugurada, promovendo sua primeira atividade com a palestra do dominicano Frei Betto, preso durante o período de repressão de Estado. Até dezembro de 2010 foram realizadas 13 Anistias Culturais sobre temas relativos a datas emblemáticas que marcaram a luta pela redemocratização do país ou a fatos históricos que representaram o aprofundamento da repressão ditatorial. No primeiro caso, encontram-se as Anistias Culturais que discutiram temas como: “*Memórias do Feminino: vivências, resistência e protagonismo das mulheres na luta por democracia*”; “*A mídia alternativa durante a repressão militar*”; e “*Homenagem aos perseguidos políticos, filhos de militantes*”. No segundo caso, destacam-se temas como os “*40 anos do Decreto 477/69*”, que expulsou professores e estudantes das universidades, ou ainda, “*40 anos do Ato Institucional nº 5*”, que em 1968 revogou todos os dispositivos constitucionais e endureceu o regime de repressão.

Ao longo deste período, a Comissão de Anistia realizou as Anistias Culturais em parceria com diferentes atores. Dentre os parceiros destacam-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Universidade de Brasília, o Fórum de Ex-presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Ordem dos Advogados do Brasil.

1.3.3. Seminários, Cursos, Oficinas e afins

Além das Caravanas e Anistias Culturais, foram realizadas outras atividades educativas como oficinas temáticas, audiências públicas, cursos e seminários.

A realização das **Oficinas Temáticas** teve como referencial teórico a educação em direitos humanos, em perspectiva não-formal. Este referencial requereu metodologias de trabalho de grupo que instigassem a construção coletiva do saber e a análise da realidade, promovendo a confrontação e o intercâmbio de experiências. Buscou-se, deste modo, privilegiar a elaboração do saber no próprio processo de construção do conhecimento, a partir do diálogo, visando conferir ao aprendizado dinamismo e flexibilidade. Esta ferramenta teve o intuito de sensibilizar os diferentes atores sociais para os assuntos relativos à anistia política e à justiça de transição, com vistas a possibilitar uma leitura crítica da realidade a partir do contexto histórico e atual.

As oficinas pedagógicas, desta forma, basearam-se em experiências que optaram pela valorização da imaginação e da criatividade, pela liberdade e pela capacidade de cada sujeito inserir-se no contexto político-social. Buscando expandir e criar concepções de mundo, bem como reconhecer e conviver com os diferentes posicionamentos existentes em uma sociedade democrática e solidária, utilizou-se do conhecimento e da discussão sobre o passado e sobre o contexto atual para fortalecer a democracia e valorizar os direitos humanos.

Entre 2008 e 2010 foram realizadas 07 oficinas temáticas pela Comissão de Anistia. Com exceção da oficina realizada na Escola Tancredo Neves de Uberlândia, as demais foram oferecidas para o público adulto, entre eles universitários, professores, educadores populares, advogados, historiadores.

A realização de **Audiências Públicas** pela Comissão de Anistia objetivou contribuir para a democratização das relações entre Estado e sociedade, de modo a fortalecer a participação popular na esfera pública. Revestiram-se, assim, em espaços de escuta coletiva e de abertura para as manifestações sociais de movimentos e associações de perseguidos políticos sobre temas de relevante interesse social.

Em 2007, com a realização de sessões temáticas direcionadas aos grupos de trabalhadores demitidos no setor público e privado em razão de movimentos grevistas, foram realizadas 15 audiências públicas, organizadas pela Secretaria Executiva da Comissão de Anistia.

Em julho de 2008, a Coordenação do Projeto do Memorial da Anistia da Comissão realizou audiência pública sobre “*Os limites e possibilidades para a responsabilização jurídica de agentes públicos que cometeram crimes contra a humanidade durante períodos de exceção*”. Em 2010, ficou a cargo da Coordenação de Ações Educativas a promoção e organização da audiência pública sobre “*O regime dos anistiados políticos militares: o julgamento da ADPF 158*”.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009 a Comissão de Anistia também realizou **Sessões de Oitivas**. Para tanto, esteve na região do Araguaia/Pará, ouvindo mais de 300 moradores com o objetivo de melhor instruir os processos de anistia política dos camponeses perseguidos e torturados durante a repressão militar contra o movimento de resistência conhecido como “Guerrilha do Araguaia”. A iniciativa possibilitou, posteriormente, a realização do primeiro *ato público de pedido de desculpas coletivo* por parte do Estado Brasileiro.

Em 22 de agosto de 2009, em parceria com o Arquivo Nacional da Casa Civil, no pátio de sua sede, no Rio de Janeiro, a Comissão de Anistia realizou o **Ato Público Comemorativo aos 30 anos de luta pela anistia no Brasil**. Nessa data, a aprovação da Lei da Anistia pelo Congresso Nacional completou 30 anos. A atividade celebrou a intensa mobilização popular que marcou o ano de 1979, em favor da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. O protesto mobilizou diversos segmentos da sociedade e provocou uma série de manifestações populares no país. A campanha tornou-se um dos símbolos do início da redemocratização.

O evento, que contou com a presença de mais de 500 pessoas, promoveu o reencontro de 37 ex-presos políticos que realizaram, no ano de 1979, a Greve Nacional de Fome dos Presos Políticos, que teve por objetivo reforçar a luta pela anistia, ampla, geral e irrestrita. Com grande repercussão na mídia nacional e internacional, a greve durou 32 dias e só foi encerrada com a aprovação da Lei. Os ex-presos políticos foram homenageados pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro, recebendo em mãos portaria de anistiado político.

O Ato Público abrangeu ainda diferentes atividades como: a) inauguração da Exposição Fotográfica “30 anos de luta pela anistia no Brasil – 1979-2009: greve de fome”, produzida pela Comissão de Anistia; b) exibição do curta-metragem “Valeu a Pena”, produzido por iniciativa de ex-presos políticos; c) exibição do vídeo “Apesar de Você”, produzido pelo Núcleo de Comunicação da Comissão de Anistia para homenagear os presos políticos; d) exibição do vídeo “Anistia Ontem e Hoje”, também produzido pela Comissão de Anistia, que traça um panorama histórico da anistia do Brasil e apresenta um balanço das Caravanas da Anistia realizadas; e) sessão de autógrafos com livros lançados por ex-perseguidos políticos; f) lançamento do Selo Comemorativo aos 30 anos da luta pela anistia política no Brasil, elaborado em parceria com o Ministério das Comunicações e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; g) apresentação da maquete do Memorial da Anistia e h) lançamento da primeira edição da Revista Anistia Política e Justiça de Transição.

Em 2010 foram realizadas duas edições do **Curso Essencial sobre Justiça de Transição**. A primeira ocorreu no Rio de Janeiro, em 2009, organizada pela Coordenação de Cooperação Internacional da Comissão de Anistia. O II Curso realizou-se durante o mês de julho de 2010, na cidade de Luziânia/GO, em parceria com a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) e com o Centro de Formação Vicente Canhas (CIMI). A atividade teve como objetivo propiciar o conhecimento e o debate sobre o processo de justiça de transição brasileiro junto a advogados e defensores de direitos humanos, com potencial para desenvolverem a temática da justiça de transição no âmbito das ONGs, movimentos e organizações sociais para as quais atuam. Ao longo do evento foram abordados os temas: “Conjuntura Política e os Direitos Humanos no Brasil”; “Justiça de Transição e Memória Política” e o “Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o julgamento da ADPF 153”.

O III Curso, por sua vez, foi realizado durante os dias 08, 09 e 10 de setembro, na cidade de Brasília, em parceria com o Centro Universitário de Brasília (UniCeub). A atividade, que teve como público-alvo estudantes de Direito e servidores da Comissão de Anistia, contou com painéis temáticos intitulados “A história da ditadura militar no Brasil”; “Justiça, Verdade e a Lei de Anistia” e “A preservação da memória como direito fundamental” e ainda sessões de vídeo-debate com os filmes “El Diario Agustín”; “Brazil: a report on torture” e “Batismo de Sangue”. A solenidade de encerramento contou com a palestra do religioso dominicano e escritor Frei Betto.

Entre os dias 21 e 23 de novembro de 2010, em parceria com a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, com o Memorial da Resistência de São Paulo e com o Núcleo de Preservação da Memória Política, a Comissão de Anistia realizou em São Paulo o **Seminário Internacional sobre Sítios de Memória e Consciência**. O seminário buscou debater o papel dos sítios de memória na construção e no fortalecimento da democracia.

1.3.4. Publicações de Materiais Educativos e de Divulgação

Com o objetivo de informar e divulgar o trabalho da Comissão de Anistia foram produzidas cartilhas, artigos e campanhas de divulgação.

Em 2007 foi lançado o “*Caderno das Liberdades Democráticas: Levante esta Bandeira*”³ em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, e distribuído a 2.000 jovens durante a Conferência Nacional de Juventude. O conteúdo do material foi idealizado, desenvolvido e distribuído com objetivo de divulgar a história do período de repressão no Brasil e incentivar o conhecimento, numa linguagem acessível e próxima à juventude. Vale destacar o fato de o material difundir a história de militantes na resistência contra a ditadura como Ziraldo, Frei Tito, Criméia Alice de Almeida, Carlos Lamarca, Carlos Marighella e Honestino Guimarães.

O Caderno teve grande receptividade e contou com duas edições. Após a Conferência, continuou sendo distribuído em escolas, seminários e outros eventos tornando-se, desta forma, um importante material de divulgação da Comissão de Anistia e da temática da anistia política no país.

Considerando a importância de apresentar e discutir teoricamente as políticas públicas de memória promovidas pela Comissão de Anistia entre os anos 2008 e 2010, notadamente o projeto Caravanas da Anistia, a Coordenação de Ações Educativas elaborou artigo científico sob o título “*As Caravanas da Anistia: Um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira*”, publicado no Especial da segunda edição da Revista Anistia Política e Justiça de Transição, organizado pela Comissão de Anistia. Com o mesmo enfoque, produziu também o artigo “*Educação e Anistia Política: idéias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade no Brasil*”, publicado no livro “*Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-americano: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*”, editado pela Comissão de Anistia e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

Também no ano de 2010, em parceria com a Coordenação Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi lançada a Campanha de Conscientização contra a Tortura, por meio de folder, adesivos de lapela e adesivos de carro. Foram elaboradas três versões dos adesivos, amplamente distribuídas pelo país, com os seguintes emblemas “A tortura é crime contra a humanidade”, “A tortura é crime que não pode ficar impune”, “Tortura é crime inafiançável”.

3

A versão digital do material encontra-se disponível em www.anistia.mj.gov.br/anistia.

I.4. Síntese das atividades

I.4.1. Caravanas da Anistia

1ª Caravana da Anistia, Rio de Janeiro – RJ

Data: 04 de abril de 2008

Parceiro: Associação Brasileira de Imprensa - ABI

Na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no âmbito das Comemorações do Centenário da instituição, realizou-se o lançamento das Caravanas da Anistia, com apreciação de 20 requerimentos de jornalistas perseguidos pelo regime militar. Na abertura, houve homenagem aos jornalistas David Capistrano e Vladimir Herzog. Na ocasião, também foi realizado o lançamento da Bandeira das Liberdades Democráticas, com a união dos primeiros retalhos que a comporia, doados pela União Nacional dos Estudantes e pela Associação Brasileira de Imprensa. A Bandeira das Liberdades Democráticas revestiu-se, desde então, no símbolo das Caravanas da Anistia.

2ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 15 de abril de 2008

Parceiro: Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo

Na sede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado foi realizada no âmbito do “Seminário Estadual sobre Democracia e Anistia”, promovido pela Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo. Na ocasião, foram apreciados 04 processos de anistia política.

3ª Caravana da Anistia, Rio de Janeiro – RJ

Data: 15 de maio de 2008

Parceiro: União Nacional dos Estudantes (UNE)

Ocorreu no terreno da UNE na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro, onde se localizava o edifício sede que foi incendiado em meio ao golpe militar. A data escolhida representou uma homenagem aos 40 anos do histórico mês de maio de 1968. Foram apreciados processos de 05 militantes estudantis perseguidos, presos e torturados. Na ocasião foram homenageados Elza Monnerat e Honestino Guimarães. A atividade contou, ainda, com a apresentação teatral do Centro Universitário de Cultura e Arte da UNE e a exposição fotográfica “Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil 1964–1985”, produzida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O momento também foi marcado pela assinatura da Portaria de criação do projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil.

4ª Caravana da Anistia, Goiânia – GO

Data: 03 e 04 de junho de 2008

Parceiros: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Universidade Católica de Goiás, União Nacional dos Estudantes, Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de Goiás e Centro Acadêmico XI de Maio

Realizada na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, no âmbito do Seminário “Ditadura Militar – 21 anos de trevas na história do Brasil”, promovido pelos parceiros. Na ocasião foram apreciados 11 processos de goianos perseguidos políticos. Dentre eles, o de José Porfírio, líder da Guerrilha de Trombas e Formoso.

5ª Caravana da Anistia, Curitiba – PR

Data: 27 de junho de 2008

Parceiro: Grupo Tortura Nunca Mais/Paraná

Ocorreu no Colégio Estadual do Paraná, integrando o “Seminário Anistia e Democracia - Direito à Memória e à Verdade”, promovido pelo Grupo Tortura Nunca Mais/PR. Foram apreciados 07 processos de ex-perseguidos políticos paranaenses. A atividade foi acompanhada por apresentações culturais e exposição de painéis organizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais/PR. Esta Caravana foi marcada pelo lançamento da Campanha de Doação e Arrecadação de Documentos promovida pela Comissão de Anistia.

6ª Caravana da Anistia, Caxias do Sul – RS

Data: 16 e 17 de julho de 2008

Parceiros: Federação Nacional dos Estudantes de Direito e Universidade de Caxias do Sul

Realizada no âmbito do 29º Encontro Nacional de Estudantes de Direito (ENED), que abordou o tema “Os Vinte Anos da Constituição Federal”, nesta Caravana foram apreciados 07 requerimentos de ex-perseguidos políticos, sendo alguns membros do “Grupo dos Onze”, grupo de resistência de inspiração brizolista. A Caravana foi assistida por aproximadamente 1.200 estudantes de Direito. A atividade realizou ainda sessão de vídeo-debate sobre o filme “Batismo de Sangue”, com a presença do debatedor Ivo Lesbaupin, ex-frei dominicano perseguido político.

7ª Caravana da Anistia, Belo Horizonte – MG

Data: 21 e 22 de agosto de 2008

Parceiros: Fórum Mineiro de Direitos Humanos, Instituto de Ensino Superior Metodista Izabela Hendrix e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

A Solenidade de Abertura ocorreu no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais. A sessão de julgamento ocorreu no Auditório do Instituto Izabela Hendrix e apreciou 07 processos de mineiros perseguidos durante o período de repressão. A Caravana foi encerrada com um vídeo-debate sobre o filme “Hércules 56”, com os debatedores Ivan Seixas e Nilmário Miranda.

8ª Caravana da Anistia, Salvador – BA

Data: 10 e 11 de setembro de 2008

Parceiros: Governo do Estado da Bahia, Grupo Tortura Nunca Mais/BA e Sindicato dos Petroquímicos de Camaçari/BA

A atividade foi realizada na Biblioteca Pública de Salvador. No dia 10 de setembro, a sessão de julgamento apreciou 12 requerimentos de anistia de perseguidos políticos baianos. No dia seguinte, ocorreu apreciação temática de 51 requerimentos de trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari. Houve apresentação cultural de música e dança realizada por grupo de jovens sob orientação de Frei Fernando, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

9ª Caravana da Anistia, Maceió – AL

Data: 19 de setembro de 2008

Parceiros: Universidade Federal de Alagoas e Secretaria de Estado da Mulher da Cidadania e dos Direitos Humanos do Governo de Alagoas

A Solenidade de Abertura homenageou Aldo Arantes e realizou lançamento dos Cartões Postais da Comissão de Anistia com réplicas dos cartazes da campanha pela anistia no Brasil. Na ocasião houve debate sobre “Anistia Política e Justiça de Transição. No Palácio do Governo do Estado de Alagoas realizou-se a apreciação de 08 requerimentos de anistia de perseguidos políticos alagoanos.

10ª Caravana da Anistia, São Bernardo do Campo – SP

Data: 23 de setembro de 2008

Parceiros: Associação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Câmara de Vereadores de São Bernardo do Campo/SP

Realizada na Câmara de Vereadores do Município de São Bernardo do Campo/SP. Na oportunidade, houve homenagem aos metalúrgicos da região do ABC e apreciação de 41 requerimentos de metalúrgicos, relativos às greves históricas ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, lideradas pelo então sindicalista Luis Inácio da Silva.

11ª Caravana da Anistia, Brasília – DF

Data: 26 de setembro de 2008

Parceiros: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil, Comissão Brasileira de Justiça e Paz e Igreja Metodista.

Ocorreu no Auditório Dom Hélder Câmara da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com apreciação de 13 processos de anistia de religiosos perseguidos pela repressão do Estado. Na ocasião prestou-se homenagem e memória a todos os religiosos perseguidos políticos, especialmente a Dom Paulo Evaristo Arns.

12ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 10 de outubro de 2008

Parceiros: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Governo do Estado de São Paulo e União Nacional dos Estudantes

No Memorial da Resistência, sediado na Pinacoteca do Estado de São Paulo, ex-sede do DOI-CODI, realizou-se a 12ª Caravana da Anistia. Na sessão de julgamento, foram apreciados 06 requerimentos de anistia de estudantes presos durante o Congresso da UNE de Ibiúna. Na oportunidade, foi inaugurado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República o Memorial das Pessoas Imprescindíveis em homenagem aos estudantes presos durante o Congresso, com destaque a 23 estudantes mortos durante a ditadura.

13ª Caravana da Anistia, São Leopoldo – RS

Data: 15 de outubro de 2008

Parceiro: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

A Caravana foi realizada na universidade com a participação de centenas de estudantes. Na ocasião, foram apreciados 07 processos de gaúchos que participaram ativamente na luta contra a repressão. Em seguida, houve palestras aos estudantes e sessão de vídeo-debate com a exibição do filme “Condor”, que contou com a presença do diretor Roberto Mader. Ainda, houve apresentação de músicos locais sobre o tema da história da resistência na América Latina.

14ª Caravana da Anistia, Porto Alegre – RS

Data: 16 de outubro de 2008

Parceiro: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul realizou-se a 14ª edição da Caravana da Anistia. Houve homenagem e memória ao ex-governador Leonel Brizola, que foi declarado anistiado político *post mortem*. Além disso, foram apreciados 07 processos de gaúchos ex-perseguidos políticos na cidade de Porto Alegre, entre eles o de Raul Pont e de Suzana Lisboa, histórica militante pelo direito à verdade e à justiça no Brasil.

15ª Caravana da Anistia, Charqueadas – RS

Data: 17 de outubro de 2008

Parceiro: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Realizada no assentamento rural do MST na cidade de Charqueadas, a 15ª Caravana da Anistia apreciou 04 casos de trabalhadores rurais e urbanos perseguidos durante o regime ditatorial no Brasil. Na ocasião foi apresentada peça teatral do grupo “Peça pro Povo”, formado por integrantes do MST.

16ª Caravana da Anistia, Natal – RN**Data:** 13 e 15 de novembro de 2008**Parceiro:** Ordem dos Advogados do Brasil

Atividade inserida na XX Conferência Nacional dos Advogados, realizou duas sessões especiais de julgamento de requerimentos de Anistia. No dia 13 de novembro foram julgados 05 requerimentos de anistia de advogados ex-perseguidos políticos e no dia 15, foram apreciados os processos do presidente deposto João Goulart e de sua esposa, Maria Thereza Fontella Goulart, em meio a mais de 4.000 advogados brasileiros. Na ocasião, houve homenagem especial a Jango e entrega de declaração *post mortem* de anistiado político aos seus familiares.

17ª Caravana da Anistia, Acre – AC**Data:** 11 de dezembro de 2008**Parceiro:** Governo do Estado do Acre

No Teatro Plácido de Castro, apreciou-se o processo de anistia política de Chico Mendes e de outros perseguidos políticos da região norte do país. Houve homenagem ao ambientalista, que foi declarado anistiado político *post mortem* na presença de sua viúva, Ilzamar Mendes.

18ª Caravana da Anistia, Belém do Pará – PA**Data:** 30 de janeiro de 2009**Parceiros:** Casa da América Latina, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado do Pará

Realizada durante o Fórum Social Mundial, na Universidade Federal do Estado do Pará, foram apreciados 09 requerimentos de anistia de ex-perseguidos políticos da região. Em parceria com a Casa da América Latina, a Comissão de Anistia também realizou duas oficinas temáticas no âmbito do Fórum: “*Encontro de Museus e Patrimônio – Zonas de sombras, silêncios e esquecimento*” e “*Os desafios para a Consolidação da Democracia e da Justiça de Transição na América Latina*”.

19ª Caravana da Anistia, Florianópolis – SC**Data:** 20 de março de 2009**Parceiro:** Centro de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC)

Na universidade foram apreciados 26 requerimentos de anistia política de catarinenses perseguidos durante o período de repressão ditatorial. A atividade foi acompanhada de exposição fotográfica, exibição de filmes e debates sobre temas afins. Após as sessões de julgamento, houve apresentação da peça teatral “*Henfil já!*”, do grupo curitibano *Cambutadefedapada!*. O espetáculo foi inspirado na obra do cartunista e escritor Henfil e encenado no teatro do Governo do Estado de Santa Catarina.

20ª Caravana da Anistia, Recife - PE

Data: 01 de abril de 2009

Parceiros: Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura do Recife

Realizou-se por ocasião da data em que se completou 45 anos do Golpe Militar de 1964 e da deposição do governador eleito Miguel Arraes. A Solenidade de Abertura ocorreu no Palácio das Princesas, ocasião em que se homenageou a memória do ex-governador Miguel Arraes e de Dom Hélder Câmara. Realizou-se ainda o Ato de Doação do Acervo do Instituto de Criminalística do Governo do Estado de Pernambuco relativo ao período de repressão, à Comissão de Anistia. A sessão de julgamento ocorreu em seguida nas dependências do Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a apreciação de 20 processos de anistia de pernambucanos ex-presos e perseguidos políticos.

21ª Caravana da Anistia, Recife – PE

Data: 02 de abril de 2009

Parceiros: Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura de Recife e Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFPE

A Solenidade de Abertura realizou-se na Câmara Municipal, onde ocorreu apresentação da *Banda Filarmônica Assumpreto*, do Centro de Estudos de Educação Popular do município de Paudalho. Foram prestadas homenagens e memória a Francisco Julião e às Ligas Camponesas. A sessão de julgamento apreciou 34 processos de pernambucanos, dentre eles professores e estudantes atingidos pelo Decreto 477/69.

22ª Caravana da Anistia, Uberlândia – MG

Data: 13, 14 e 15 de maio de 2009

Parceiro: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Realizada em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, compreendeu um amplo Seminário incluindo, além das sessões de julgamento, palestras, sessão de autógrafos e vídeo-debates. Durante a Solenidade de Abertura realizou-se homenagem e memória a Dom Estevão Avellar, bispo da região do Araguaia durante a Guerrilha e aos ex-presos e perseguidos políticos do Triângulo Mineiro. Foram apreciados 34 processos de Anistia Política. Foi promovida ainda oficina sobre o tema “Democracia e Anistia Política” com alunos da 8ª série da Escola Estadual Tancredo Neves.

23ª Caravana da Anistia, Aracaju – SE

Data: 18 de maio de 2009

Parceiro: Ordem dos Advogados do Brasil - SE

Realizou-se na sede da OAB/SE, com a apresentação do Grupo Musical “Cataluzes”. Prestou-se homenagem a Antonio Fernandes Viana de Assis e Milton

Coelho Carvalho, ex-perseguidos políticos do Estado de Sergipe. Na sessão de julgamento foram apreciados 30 processos de sergipanos perseguidos durante o regime militar.

24ª Caravana da Anistia, São Domingos do Araguaia – PA

Data: 18 e 19 de junho de 2009

Parceiros: Governo do Estado do Pará, Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia, Paróquia de São Domingos do Araguaia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Atingidos por Barragens

Realizou-se na praça pública da cidade de São Domingos do Araguaia. A atividade consistiu na realização do 1º Ato Público de Pedido de Desculpas Coletivo por parte do Estado brasileiro a 44 camponeses perseguidos durante a Guerrilha do Araguaia. A abertura do evento contou com apresentação cultural preparada pelos movimentos sociais parceiros da atividade. Na ocasião também exibiu-se um vídeo em homenagem e memória aos moradores da região. A Comissão de Anistia também realizou sessões de oitivas, por meio da tomada de 90 depoimentos de camponeses com requerimentos protocolados na Comissão de Anistia.

25ª Caravana da Anistia, João Pessoa – PB

Data: 09 de julho de 2009

Parceiros: Ordem dos Advogados do Brasil/PB, Governo do Estado da Paraíba, Escola Superior de Advocacia, Tribunal de Justiça, Associação de Magistrados, Prefeitura Municipal, Universidade Federal da Paraíba, Centro Universitário de João Pessoa, Faculdades ASPER, Comissão Pastoral da Terra, Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba e Instituto Felipe Kumamoto

Ocorrida na sede da Ordem dos Advogados do Brasil/PB, a atividade contou com apresentação musical do poeta e repentista paraibano, Sr. Oliveira de Panelas, regionalmente conhecido como “*Pavarotti dos Sertões*”. Durante a cerimônia, o Presidente da Comissão de Anistia entregou a portaria de anistia política ao Governador José Targino Maranhão, que teve seu mandato de deputado estadual cassado em 1969. Foram apreciados 68 processos de paraibanos perseguidos políticos. Nas dependências da Universidade Federal da Paraíba ocorreu uma mesa de debates sobre o tema “Anistia Política e Democracia”.

26ª Caravana da Anistia, Belo Horizonte – MG

Data: 13 de agosto de 2009

Parceiro: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ocorreu na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. A Solenidade de Abertura contou com homenagem aos ex-presos e perseguidos políticos do Estado de Minas Gerais. A sessão de julgamento apreciou 11 processos de ex-perseguidos políticos, dentre eles os que participaram da Greve de Fome de 1979.

27ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 11 de setembro de 2009

Parceiros: Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, Memorial da Resistência e Pinacoteca do Estado de São Paulo

Realizou-se na Pinacoteca de São Paulo, local que também abriga o Memorial da Resistência. Inserida no âmbito da programação em homenagem ao ex-presidente chileno Salvador Allende, a Caravana apreciou 14 requerimentos de paulistas perseguidos políticos.

28ª Caravana da Anistia, Fortaleza – CE

Data: 05 de outubro de 2009

Parceiros: Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou e Associação 64/68

Realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará com homenagem e memória aos ex-perseguidos políticos cearenses, em especial a dois militantes que se tornaram símbolo de resistência no país: o dominicano Frei Tito e o estudante Bergson Gurjão. A sessão de julgamento apreciou ao todo 73 processos de Anistia Política de cearenses perseguidos durante o regime militar.

29ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 06 de novembro de 2009

Parceiro: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Aconteceu durante o Congresso Nacional do PCdoB. Foram apreciados 11 requerimentos, dentre eles de militantes do PCdoB perseguidos pelo regime – a exemplo de guerrilheiros do Araguaia mortos e desaparecidos pela repressão. Além da apreciação dos processos, houve homenagem *post mortem* a João Amazonas, presidente de honra do PCdoB e destacado militante no combate ao regime militar.

30ª Caravana da Anistia, Volta Redonda – RJ

Data: 19 de novembro de 2009

Parceiros: Câmara Municipal de Volta Redonda, Ordem dos Advogados do Brasil/ Volta Redonda, Prefeitura Municipal, Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Mobiliário Montagem e Pesada, Associação Nacional de Anistiados Políticos, Associação de Mulheres Beth Lobo e Movimento Juventude Operária Católica

No Plenário da Câmara e no Auditório Nélio Medina da OAB de Volta Redonda realizou-se a apreciação de 52 processos de perseguidos políticos da região. A maioria dos casos foi de ex-militantes da Juventude Operária Católica e ex-trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) demitidos em função da greve de 1988, quando três operários da fábrica morreram após confronto com

a Polícia Militar e o Exército. Na solenidade de abertura, na Câmara Municipal de Volta Redonda, houve homenagem a Dom Waldir Calheiros, ex-bispo de Volta Redonda que teve papel destacado na luta contra o regime militar e a Dom Adriano Hipólito (*post mortem*), ex-bispo de Nova Iguaçu, que também foi perseguido pelos militares em função do trabalho social que exercia nas décadas de 1960 e 1970.

31ª Caravana da Anistia, Brasília – DF

Data: 26 de novembro de 2009

Parceiros: Instituto Paulo Freire, Secretaria de Educação Cidadã/Talher Nacional, Comissões de Educação da Câmara e do Senado, UNESCO, Associação dos Juízes para a Democracia, Instituto Catarinense de Aprendizagem e Educação Infantil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Associação Brasileira do Ensino do Direito.

No âmbito do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, organizado pelo Ministério da Educação, realizou-se a apreciação do requerimento de anistia política, *post mortem*, do educador popular Paulo Freire. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em mensagem, falou sobre o significado do evento: “*Anistiar Paulo Freire é libertar o Brasil da cegueira moral e intelectual que levou governantes a considerarem inimigos da Pátria educadores que queriam libertar o país do analfabetismo*”. Assistiram à sessão de julgamento mais de 3.000 educadores brasileiros e estrangeiros. O evento foi transmitido pela Internet para mais de 40 países.

32ª Caravana da Anistia, Pelotas – RS

Data: 04 de dezembro de 2009

Parceiros: Universidade Federal de Pelotas, Universidade Católica de Pelotas, Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Pelotas, Ordem dos Advogados do Brasil/Pelotas, União Nacional dos Estudantes, União da Juventude Socialista, Diretório Central dos Estudantes da UFPEL, Projeto Tribunais da Cidadania e Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Realizou-se na Universidade Federal de Pelotas. O ato de abertura contou com homenagem a gaúchos perseguidos políticos. As sessões de julgamentos foram realizadas em 5 turmas simultâneas, em que se apreciou um total de 142 processos de gaúchos de todas as regiões do Estado.

33ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 04 de fevereiro de 2010

Parceiros: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Força Sindical e Fórum dos Ex-presos Políticos de São Paulo

A Caravana realizou-se em comemoração aos 2 anos de atividades das Caravanas da Anistia. Foram apreciados 88 processos de ex-perseguidos do Estado de São Paulo, especialmente de operários e trabalhadores de grandes indústrias.

Entre os processos foi julgado o requerimento do ex-governador e ex-senador Mário Covas (*in memoriam*). Assistiram à sessão de julgamento cerca de 300 pessoas, sendo a grande maioria sindicalistas da região. Na ocasião também foi homenageado o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, incentivador do projeto Caravanas da Anistia, que se desvincularia do cargo logo em seguida.

34ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 25 de março de 2010

Parceiros: Fundação Maurício Grabois, Partido Comunista do Brasil e Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo

A Caravana realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo em comemoração aos 88 anos do Partido Comunista do Brasil. Durante a atividade realizou-se homenagem à memória de Ângelo Arroyo, Maurício Grabois e Dinaelza Coqueiro, militantes da Guerrilha do Araguaia e importantes figuras na construção do PCdoB. Durante a atividade, foram apreciados 8 processos de anistia política e lançada a peça de teatro “Filhas da Anistia”, de Hélio Cícero.

35ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 07 de abril de 2010

Parceiros: Ministério da Cultura e Teatro Oficina

Esta Caravana teve eminentemente um caráter artístico. Foi realizada no Teatro Oficina Uzyna Uzona, tendo sido apreciado somente o processo do diretor do Teatro, José Celso Martinez Corrêa. Já na recepção dos conselheiros da Comissão de Anistia e do público, os atores vestiam as roupas dos personagens da peça “O Banquete de Platão”, que seria apresentada ao final do julgamento. O julgamento ocorreu dentro do cenário da peça teatral e teve como mestre-de-cerimônia um dos atores. Estiveram presentes em torno de 300 pessoas.

36ª Caravana da Anistia, Anápolis – GO

Data: 27 de abril de 2010

Parceiros: Faculdade de Direito – UniEvangélica e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

A Caravana foi realizada no auditório da Faculdade de Direito da UniEvangélica. Foram apreciados processos de 70 goianos, entre eles os de Íris Rezende e Henrique Santillo, ex-governadores de Goiás e ex-ministros de Estado. Além disso, foram entregues portarias de concessão de anistiado político para Cláudio Mendes (*post mortem*) e sua esposa, Maria Estela Duarte Mendes, bem como para Haroldo Silva Duarte, Geraldo Tiburcio (*post mortem*) e Clóvis Bueno. Na oportunidade, foi instalada no térreo da Universidade a exposição fotográfica “Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil 1964–1985”, produzida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

37ª Caravana da Anistia, Salvador – BA**Data:** 26 de maio de 2010**Parceiros:** Ministério da Cultura, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Tempo Glauber, Viva Idéias Produções, Grupo de Teatro Bando do Olodu e; Teatro Vila Velha

A Caravana da Anistia realizou a apreciação do processo de anistia política do cineasta Glauber Rocha no Teatro Vila Velha, lugar símbolo da resistência artística na cidade durante o período de repressão ditatorial. A sessão de julgamento foi entremeada por esquetes teatrais interpretadas pelos atores do Grupo de Teatro do Olodum, com roteiro elaborado por Diogo Lopes Filho e direção de Marcio Meirelles – diretor de teatro e Secretário de Estado da Cultura da Bahia. Durante o evento também se realizou homenagem ao anistiado por meio da exibição de curta-metragem produzido e dirigido por sua filha, Paloma Rocha. Estiveram presentes cerca de 250 pessoas, entre elas o governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner, e o Ministro da Cultura, Juca Ferreira.

38ª Caravana da Anistia, Rio de Janeiro – RJ**Data:** 29 de maio de 2010**Parceiro:** Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Rio de Janeiro

Realizada na OAB/RJ, a 38ª Caravana da Anistia contou com a presença de mais de 500 pessoas. Foi a primeira vez que a Comissão de Anistia realizou uma Sessão Plenária fora do âmbito do Ministério da Justiça. Significa dizer que todos os processos apreciados estavam em grau de recurso e deveriam ser julgados pelo total dos conselheiros da Comissão de Anistia – vinte e quatro atualmente. Os 191 processos referiam-se a um grupo específico de ex-perseguidos políticos, componentes do Arsenal de Marinha.

39ª Caravana da Anistia, Rio de Janeiro – RJ**Data:** 29 de maio de 2010**Parceiros:** Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

A realização desta Caravana na Assembleia Legislativa carioca buscou homenagear os deputados estaduais que foram cassados por regimes ditatoriais tanto na época do antigo Estado da Guanabara quanto do antigo Estado do Rio de Janeiro, entre 1964 e 1967. Na ocasião, foram apreciados os requerimentos de 16 ex-perseguidos políticos fluminenses e entregue declaração de anistiado político ao vice-prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Muniz, que viveu na clandestinidade durante vários anos do período ditatorial.

40ª Caravana da Anistia, São Luís – MA**Data:** 08 de junho de 2010**Parceiros:** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão e Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão

A 40ª Caravana da Anistia foi realizada na Assembléia Legislativa, apreciando 14 requerimentos de anistia de ex-perseguidos políticos da região. Ao longo do evento foram realizadas homenagens a três ex-perseguidos políticos – Manoel Conceição Santos, Salvino Dino Castro e Costa e Ruy Frazão (*post mortem*) – por meio da entrega da portaria de anistia política. Por ocasião da Caravana, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República inaugurou no hall de entrada da Assembleia a exposição fotográfica “Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil 1964–1985”. No Liceu Maranhense, a Secretaria inaugurou mais um Memorial das Pessoas Imprescindíveis em homenagem a Ruy Frazão.

41ª Caravana da Anistia, Brasília – DF

Data: 18 de agosto de 2010

Parceiro: Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados

Realizada no Auditório Nereu Ramos da Câmara de Deputados, contou com a presença de cerca de 350 pessoas. Apreciou os requerimentos de anistia política de 9 ex-perseguidos políticos, entre eles Mário Alves, Herbert de Souza e Jom Tob de Azulay. A atividade fez parte da programação do 4º Seminário Latino Americano de Direitos Humanos e Anistia Política, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

42ª Caravana da Anistia, Natal – RN

Data: 26 de agosto de 2010

Parceiros: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria de Estado e Justiça do Rio Grande do Norte, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Centro de Direitos Humanos e Memória Popular e Associação Norte-riograndense de Anistiados Políticos

No Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte realizou-se a apreciação de 32 processos de anistia política de ex-perseguidos políticos da região nordeste, divididos em três turmas de julgamentos simultâneas. Antecedendo o início da atividade, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República inaugurou, no mesmo local, o Memorial das Pessoas Imprescindíveis em homenagem a Luiz Inácio Maranhão Filho, jornalista e ex-deputado estadual, que teve o mandato cassado durante o regime militar.

43ª Caravana da Anistia, Vitória – ES

Data: 24 de setembro de 2010

Parceiros: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Espírito Santo, Universidade Estácio de Sá e Faculdade de Direito de Vitória

Esta Caravana ocorreu no Auditório do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES e contou com a presença de um público de cerca de 250 pessoas,

sendo a maioria de estudantes universitários. A organização desta Caravana contou com o importante apoio de uma equipe formada voluntariamente por estudantes da Faculdade de Direito de Vitória que se dispuseram a divulgar a atividade nas demais instituições de ensino superior da cidade. Foram apreciados 22 processos de ex-perseguidos políticos capixabas.

44ª Caravana da Anistia, Betim – MG

Data: 09 de outubro de 2010

Parceiros: Encontro Brasileiro de Universitários Cristãos (EBRUC), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e PUC Minas-Campus Betim

Em Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, a Caravana da Anistia integrou a programação do I Encontro Brasileiro de Universitários Cristãos (EBRUC), realizado nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2010. Sete processos de jovens mineiros presos durante o regime militar foram julgados perante mais de 250 jovens evangelizadores. Estiveram presentes na Caravana o presidente da CNBB, a prefeita municipal, o reitor da PUC Minas, entre outras autoridades. Na ocasião, ressaltou-se a importância que os representantes da Igreja Católica tiveram durante a ditadura ao enfrentar abertamente o regime militar

45ª Caravana da Anistia, Niterói – RJ

Data: 18 de outubro de 2010

Parceiros: Universidade Federal Fluminense, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro/Seção Niterói, Fórum de Anistia dos Operários Navais e Metalúrgicos de Niterói e São Gonçalo, Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Municípios de Niterói e São Gonçalo, Câmara Municipal de Niterói, Associação Brasileira de Imprensa e Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro

A 45ª Caravana da Anistia foi realizada na Faculdade de Direito da UFF. O ato de abertura contou com homenagem a personalidades do estado do Rio de Janeiro e, em especial, aos trabalhadores do mar e operários navais fluminenses. As sessões de julgamento foram realizadas em três turmas simultâneas, nas quais houve a apreciação de um total de 29 processos de anistia política. Estiveram presentes cerca de 200 pessoas, preenchendo todas as cadeiras do Salão Nobre da Faculdade.

46ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 23 de outubro de 2010

Parceiros: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Memorial da Resistência de São Paulo, Grupo Tortura Nunca Mais/SP, Fórum dos Ex-presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Núcleo Memória, Sindicato dos Advogados e Sindicato dos Bancários de São Paulo

A Comissão de Anistia concedeu, em uma sessão especial de julgamento ocorrida no Memorial da Resistência de São Paulo, a qualidade de anistiado político

ao ex-jornalista Joaquim Câmara Ferreira, conhecido como Comandante Toledo, braço direito de Carlos Marighella na Ação Libertadora Nacional (ALN). A atividade estava inserida dentro de uma programação de três dias de homenagens aos 40 anos de luta do Comandante, que teve como desfecho o lançamento do livro “O Revolucionário da Convicção: vida e obra de Joaquim Câmara Ferreira”, de Luiz Henrique de Castro Silva.

47ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 26 de novembro de 2010

Parceiros: Sedes Sapientiae, Comissão de Justiça e Paz/SP, Grupo Tortura Nunca Mais/SP, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe/SP), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Sem Terra (MST)

A Caravana foi realizada no Instituto Sedes Sapientiae com o objetivo de apreciar o requerimento de anistia política e homenagear o teólogo belga Joseph Comblin, banido do Brasil durante a ditadura militar. Na ocasião também foram homenageados o Cardeal Emérito de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e Madre Cristina Sodré, em reconhecimento ao compromisso que tiveram com os direitos humanos e com aqueles que sofreram perseguição política no Brasil e na América Latina. Na ocasião também foi apresentada a conclusão da Bandeira das Liberdades Democráticas, símbolo das Caravanas. Estiveram presentes no evento cerca de 200 pessoas.

1.4.2. Anistias Culturais

1ª Anistia Cultural – “A Ditadura Militar no Brasil”, Brasília – DF

Data: 24 de fevereiro de 2008

Realizada no Salão Negro do Ministério da Justiça, a atividade marcou o início da implementação da Coordenação de Ações Educativas da Comissão de Anistia. O Lançamento da Anistia Cultural contou com a palestra “A ditadura militar no Brasil”, proferida por Frei Betto. A atividade foi aberta, na presença de 250 pessoas, com o Coral da Universidade de Brasília “Os Cinquentões”. Na oportunidade, também foi apresentado e distribuído o Caderno Temático “Liberdades Democráticas”, elaborado pela Comissão de Anistia em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude.

2ª Anistia Cultural – “O Papel das mulheres na resistência à ditadura militar”, Brasília – DF

Data: 07 de março de 2008

A segunda edição da Anistia Cultural, realizada no auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, ocorreu no âmbito da semana em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher. A atividade foi realizada por meio de um painel com a presença de Adelina de Alaye, Mãe da Praça de Maio/Argentina, Iara Xavier, representante das famílias de mortos e desaparecidos políticos/Brasil, Therezinha

Zerbini, militante política e escritora/Brasil e Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres/Brasil. As palestrantes falaram sobre o papel das mulheres na resistência à ditadura, para um público de 140 pessoas. No mesmo dia, foi instalada sessão especial de julgamento que apreciou sete requerimentos de mulheres que militaram contra a repressão ditatorial.

3ª Anistia Cultural – “O papel da imprensa crítica frente ao Regime Militar”, Brasília – DF

Data: 29 de abril de 2008

Realizada no auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, a 3ª edição da Anistia Cultural exibiu o filme “O Sol – Caminhando contra o vento”. O filme retrata a história do jornal alternativo “O Sol”, produzido na década de 60. Após a exibição, o convidado Reynaldo Jardim, jornalista, poeta e criador do Jornal-escola “O Sol”, conversou com os participantes sobre esta experiência única no jornalismo e na cultura brasileira.

4ª Anistia Cultural – “A luta dos Trabalhadores pela redemocratização pós – 79”, Brasília – DF

Data: 29 de maio de 2008

Parceiro: Fórum dos representantes dos Anistiados e Anistiandos Políticos

A atividade, realizada em forma de mesa-temática, contou com a presença do ex-deputado João Orlando Cunha e do sindicalista e dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), José Maria de Almeida, que falaram das lutas e enfrentamentos ocorridos durante a ditadura militar, bem como das conseqüências sofridas pelos trabalhadores, mesmo após 1979. Na programação ainda houve apresentação musical de Helder Nascimento, funcionário da Comissão de Anistia, que tocou e cantou músicas relacionadas ao tema.

5ª Anistia Cultural – “Dia mundial de apoio às vítimas de tortura”, Brasília – DF

Data: 25 de junho de 2008

Parceiro: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Realizada no auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, a atividade contou com a participação de 70 pessoas entre funcionários da Comissão de Anistia, representantes do Grupo Tortura Nunca Mais, Secretaria de Direitos Humanos e associações de anistiandos. O evento compreendeu uma mesa-temática sobre o tema da tortura, tendo como palestrantes Cristiano Paixão, professor da Universidade de Brasília, Rose Nogueira, jornalista e ex-presa política e Flávio Koutzii, ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores.

Após a realização da mesa, houve a instalação da sessão de apreciação de sete requerimentos de anistia política de brasileiros que foram duramente perseguidos e cruelmente torturados durante o período de repressão do Estado.

6ª Anistia Cultural – “Ciclo de Debates - Semana da Anistia Política: 29 anos da Lei de Anistia e 40 anos de resistência estudantil na Universidade de Brasília (UnB)”, Brasília – DF

Data: 29 de maio de 2008

Parceiros: Centros Acadêmicos de Ciências Políticas, Direito e Relações Internacionais da Universidade de Brasília

A 6ª edição da Anistia Cultural foi inserida na “Semana da Anistia política: 29 anos da lei de anistia e 40 anos de resistência estudantil” promovida pela UnB. A atividade compreendeu um ciclo de debates com os temas: “Ditadura, Resistência e Memória: a luta dos banidos” e “O protagonismo estudantil durante a invasão dos militares na UnB”. O evento ainda promoveu a exibição do filme “Hércules 56” e uma sessão especial de julgamento de 14 casos de perseguidos políticos que foram banidos do país por atos de exceção. Estavam presentes estudantes de Direito, Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, Associações de anistiandos, entidades, organizações e defensores de Direitos Humanos.

7ª Anistia Cultural – “Ciclo de Atividades: AI-5 Nunca Mais”, Brasília – DF

Data: 12 de dezembro de 2008

Parceiros: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Fórum dos Ex-presos Políticos do Estado de São Paulo

A 7ª Anistia Cultural ocorreu durante o Ciclo de Atividades “AI-5 Nunca Mais”, promovido pela Comissão de Anistia com o objetivo de demarcar os 40 anos da decretação do Ato Institucional nº 5 e debater os seus efeitos. A programação foi composta por mesa de debate e sessão especial de julgamento de ex-perseguidos políticos atingidos pelo AI-5. No dia seguinte, no auditório da Estação Pinacoteca, foi feita apresentação do documentário “Jango em 3 atos”, do diretor Deraldo Goulart com a participação do Instituto João Goulart e João Vicente Goulart.

8ª Anistia Cultural – “Decreto-Lei 477”, Rio de Janeiro – RJ

Data: 27 de fevereiro de 2009

Parceiros: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio de Janeiro e União Nacional dos Estudantes (UNE)

Os 40 anos do Decreto-Lei 477 foram lembrados durante a 8ª Anistia Cultural, realizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A referida norma, editada em 26 de fevereiro de 1969, definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público e particular. No evento, realizou-se ato público em homenagem a professores e estudantes atingidos pelo Decreto-Lei 477/69. Estiveram presentes o presidente da OAB-RJ, o Secretário Especial de Direitos Humanos, o presidente da Comissão de Anistia e a presidente da UNE, além de reitores de universidades públicas e diretores de universidades privadas. Foram apreciados 21 requerimentos.

9ª Anistia Cultural – “Memórias do Feminino: vivências, resistência e protagonismo das mulheres nas lutas por democracia”, Brasília – DF

Data: 06 de março de 2009

Parceiro: Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci)

Em comemoração ao Dia da Mulher o evento oportunizou o debate com mulheres ativistas que trouxeram a reflexão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira sob diversos ângulos. Foram palestrantes Jessie Jane, Moema Viezzer e Margarida Genevois, sendo mediadora Leila Almeida, coordenadora do Projeto Mulheres da Paz, do Pronasci. A atividade iniciou-se com a interpretação musical da cantora Flora Mesquita. Na ocasião, foram apreciados 17 requerimentos de anistia, relembrando a história de mulheres em defesa da democracia brasileira.

10ª Anistia Cultural – “Literatura e Memória”, Brasília – DF

Data: 16 de novembro de 2009

Com o tema Literatura e Memória foi realizada a 10ª Anistia Cultural. Após a abertura do evento pelo presidente da Comissão de Anistia, os ex-presos Maurice Politi, Alípio Freire e Hamilton Pereira falaram sobre suas experiências como perseguidos políticos e o papel que a literatura teve em suas vidas durante o período da prisão. Todos escreveram suas memórias enquanto estavam encarcerados. Hoje, seus livros e memórias estão publicados sob forma de romance, poemas e documentários. Além da mesa de diálogo os autores fizeram uma sessão de autógrafos de suas obras. Na mesma oportunidade foi lançado o Jornal Constituição e Justiça da UnB, bem como inaugurada a exposição fotográfica “30 anos de luta pela anistia no Brasil - 1979-2009: greve de fome”, produzida pela Comissão de Anistia.

Anistia Cultural Especial: “30 Anos de Luta pela Anistia no Brasil”, Brasília/DF

Data: 25 de agosto de 2009

A Anistia Cultural “30 Anos de Luta pela Anistia no Brasil” foi planejada e promovida pela Secretaria Executiva da Comissão de Anistia, em conjunto com a Coordenação de Ações Educativas da Comissão. O evento buscou valorizar o empenho da equipe em efetivar os mecanismos da justiça de transição no Brasil no processo de consolidação da democracia brasileira. Esta atividade buscou ampliar o acesso aos funcionários à programação que havia sido realizada por ocasião do Ato Comemorativo aos 30 Anos da Luta pela Anistia, no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Desta forma, foram exibidos os vídeos “Valeu a Pena”, “Apesar de Você”, “Anistia Ontem e Hoje” e “Anistia: 30 anos”. Também foram apresentados o Selo Comemorativo e a Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Houve ainda palestra proferida por Perly Cipriano e Gilney Viana. Ambos foram presos no Presídio Frei Caneca e participaram da organização da Greve de Fome de 1979 em prol da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita que duraria 32 dias e somente acabaria com a promulgação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979.

11ª Anistia Cultural – “Filhos de perseguidos políticos”, Brasília – DF

Data: 13 de janeiro de 2010

Realizou homenagem às pessoas que na época do regime militar eram crianças e foram perseguidas em função da militância política de seus pais ou avós. Como consequência, tiveram que viver na clandestinidade, tendo algumas destas crianças sido presas, torturadas ou banidas. Foram apreciados 16 processos de anistia política, entre eles, os dos filhos de Leonel Brizola, de João Goulart e de Luiz Carlos Prestes.

12ª Anistia Cultural – “A campanha nos EUA contra a ditadura e a favor da anistia no Brasil”, Brasília – DF

Data: 23 de julho de 2010

Na ocasião a Comissão de Anistia recebeu o professor doutor James Green, do Departamento de História da *Brown University*, dos Estados Unidos da América, que proferiu a conferência “A campanha nos EUA contra a ditadura e a favor da anistia no Brasil”. James Green é mestre e doutor em História Latino-Americana pela Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Foi presidente da *Brazilian Studies Association* (BRASA) e atuou no Brasil como professor visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Green publicou diversos livros e recebeu diferentes prêmios ao redor do mundo pelo seu trabalho. Seu livro mais recente foi traduzido para o português sob o título “Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos”.

1.4.3. Oficinas, Audiências Públicas, Seminários e Cursos

Oficinas Temáticas

“Anistia, Democracia e Direitos Humanos: qual o papel dos meios de comunicação?”, Florianópolis - SC

Data: 22 de agosto de 2008

Parceiro: Núcleo de Estudos e Práticas Emancipatórias (NEPE-UFSC)

A atividade, realizada no âmbito do Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, objetivou debater o papel da mídia atual na disseminação de informações sobre o tema da anistia política, os consensos produzidos e reproduzidos, as distorções por ela apresentadas e sua influência na formação da opinião pública.

“Encontro de Museus e Patrimônio – Zonas de sombras, silêncios e esquecimento”, Belém - PA

Data: 30 de janeiro de 2009

Parceiros: Casa da América Latina, Projeto Cuias de Santarém e Programa de Pós-Graduação em Museologia da UNIRIO.

A oficina, ocorrida no âmbito do Fórum Social Mundial, procurou discutir com o público presente a importância e necessidade de serem construídos ou

mantidos museus que retratem o regime militar e a anistia política, como forma de resgate histórico e afirmação da democracia. Também foram discutidos assuntos relativos à abertura de arquivos do período.

“Os desafios para a Consolidação da Democracia e da Justiça de Transição na América Latina”, Belém - PA

Data: 31 de janeiro de 2009

Parceiro: Casa da América Latina

A oficina, também realizada no âmbito do Fórum Social Mundial, buscou discutir e refletir sobre o processo de justiça transicional no país, abordando os avanços, dificuldades e perspectivas para sua efetivação, considerando as peculiaridades, consonâncias e diferenças entre as ditaduras e os processos transicionais em curso no Brasil e países da América Latina.

“O resgate da memória política nas aulas de direito como estratégia para a formação cidadã e o fortalecimento da democracia: a justiça de transição e a discussão da lei de anistia no Brasil”, Rio de Janeiro - RJ

Data: 18 de abril de 2009

Parceiro: Associação Brasileira do Ensino do Direito (ABEDi)

A atividade foi realizada no Rio de Janeiro, durante o Encontro Preparatório da Associação Brasileira do Ensino de Direito. Na ocasião discutiu-se com estudantes e professores de Direito os temas da memória política e da justiça de transição com vistas a extrair propostas e estratégias de abordagem nas diferentes disciplinas do curso de Direito.

“O período da ditadura militar e anistia política no Brasil”, Uberlândia - MG

Data: 15 de maio de 2009

Parceiro: Escola Estadual Tancredo Neves/Uberlândia-MG

A oficina, realizada com alunos do ensino fundamental da Escola Estadual Tancredo Neves foi ministrada por Conselheiros e funcionários da Comissão de Anistia. A realização da atividade ocorreu por uma demanda da escola à Comissão e teve como intuito promover o diálogo com estudantes de sétima e oitava séries sobre o período da ditadura militar e temas correlatos.

“Políticas Públicas de Memória: a experiência dos projetos Educativo e Memorial da Anistia Política”, Brasília - DF

Data: 25 de novembro de 2009

Parceiro: Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica

A oficina, que ocorreu durante o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, realizou amplo debate com educadores populares. Ao longo das discussões, o grupo considerou os temas da anistia política e do período ditatoriais

atuais e pertinentes sob a perspectiva da violência policial praticada nos dias de hoje contra os movimentos sociais e as comunidades pobres. No dia seguinte à oficina, realizou-se a 31ª Caravana da Anistia em homenagem ao pedagogo Paulo Freire.

“O resgate da memória política nas aulas de Direito como estratégia para a formação cidadã e o fortalecimento da democracia – A Justiça de Transição e a discussão da Lei de Anistia no Brasil”, Florianópolis - SC

Data: 23 de abril de 2010

Parceiro: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

A atividade, realizada durante o VI Congresso da Associação Brasileira do Ensino de Direito, foi coordenada por Conselheiros da Comissão de Anistia, para um público de 50 docentes da área do Direito. Ao longo da atividade discutiu-se sobre estratégias de abordagem de temas atuais como a “ADPF 153”, “Resquícios da ditadura” e “Comissão da Verdade no Brasil”, no âmbito dos cursos de Direito. Ao final, a professora Eneida Desirée Salgado da Universidade Federal do Paraná relatou a experiência da Faculdade de Direito na elaboração do *Amicus Curiae* da ADPF 153. Houve ainda ampla divulgação da “Campanha de informação de combate à tortura”, promovida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Sessões de Oitivas e Audiências Públicas

Sessão de Oitivas, São Domingos do Araguaia - PA

Data: 25 e 26 de abril de 2008

Parceiros: Prefeitura de São Domingos do Araguaia, Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, Governo do Estado do Pará e Paróquia de São Domingos do Araguaia

No âmbito do II Encontro dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, o “Grupo de Trabalho da Comissão de Anistia sobre o Araguaia” esteve na região para dar continuidade à coleta de depoimentos – iniciada em setembro de 2007 – dos camponeses vítimas da Guerrilha do Araguaia. O grupo, formado pela Presidência, Conselheiros e analistas técnicos da Comissão de Anistia ouviu 119 camponeses que alegavam terem sido perseguidos e torturados durante o período de repressão ditatorial. Os depoimentos foram juntados aos processos de anistia política para posterior análise e apreciação dos requerimentos de anistia política.

Sessão de Oitivas, São Domingos do Araguaia - PA

Data: 19 de junho de 2009

Parceiros: Prefeitura de São Domingos do Araguaia, Governo do Estado do Pará e Paróquia de São Domingos do Araguaia

Dando continuidade à proposta implementada em 2008 de realização de Sessões de Oitivas com os camponeses, vítimas da Guerrilha do Araguaia, realizou-se

uma nova visita à região do Araguaia, desta vez, no âmbito da 24ª Caravana da Anistia. Na ocasião, a Sessão de Oitivas apreciou cerca de 90 requerimentos, contribuindo mais uma vez para a qualidade da instrução processual dos requerimentos de anistia política.

Audiência Pública “O regime dos anistiados políticos militares: o julgamento da ADPF 158”, Rio de Janeiro - RJ

Data: 29 de maio de 2010

Parceiro: Ordem dos Advogados do Brasil/RJ

A audiência pública ocorreu na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rio de Janeiro. Destinou-se especificamente à discussão da Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 158, ajuizada no Supremo Tribunal Federal pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A atividade contou com a presença de cabos da aeronáutica, tendo um público estimado em mais de 500 pessoas.

Seminários e Cursos

Ato Comemorativo aos 30 anos da luta pela anistia no Brasil, Rio de Janeiro - RJ

Data: 22 de agosto de 2009

Parceiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

O evento comemorou os 30 anos de luta pela anistia no Brasil, constituindo-se em homenagem e reconhecimento ao protagonismo e resistência dos brasileiros que lutaram pela liberdade e pela redemocratização do país. O ato homenageou os ex-presos políticos da Greve de Fome Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; apresentou publicamente o Memorial da Anistia Política do Brasil; lançou Exposição Fotográfica e realizou Sessão de Autógrafos. Houve ainda o reencontro histórico de 37 ex-presos políticos que estavam encarcerados em agosto de 1979 – ano da aprovação da Lei nº 6.683/1979.

II Curso Essencial em Justiça de Transição, Luziânia - GO

Data: 29 a 31 de julho de 2010

Parceiros: Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) e Centro de Formação Vicente Canhas (CIMI)

O curso aconteceu no Centro de Formação Vicente Canhas e contou com a presença de Anthony Pereira, PhD por Harvard e Diretor do Instituto Brasil, além de professores, advogados, procuradores e conselheiros da Comissão de Anistia. O evento propiciou um amplo espaço de reflexões e debates sobre temas essenciais ao processo justransicional brasileiro, tendo como público-alvo advogados e defensores de direitos humanos com atuação em Organismos Não-Governamentais e movimentos sociais. Promoveu-se ainda o resgate histórico dos principais fatos que marcaram o período de repressão ditatorial, com ênfase aos movimentos de resistência e ao processo social das conquistas democráticas.

III Curso Essencial em Justiça de Transição, Brasília - DF

Data: 08 a 10 de setembro de 2010

Parceiro: Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

O III Curso Essencial em Justiça de Transição, em parceria com o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), teve como público-alvo estudantes de Direito e os novos servidores do Ministério da Justiça. Foram abordados temas como o período da ditadura no Brasil; a preservação da memória como direito fundamental; o combate à tortura e o papel dos meios de comunicação frente ao período ditatorial. Professores de História, Filosofia, Direito, procuradores, ex-perseguidos políticos e jornalistas apresentaram os temas em painéis ao longo dos três dias de evento.

Seminário Internacional sobre Sítios de Memória e Consciência, São Paulo - SP

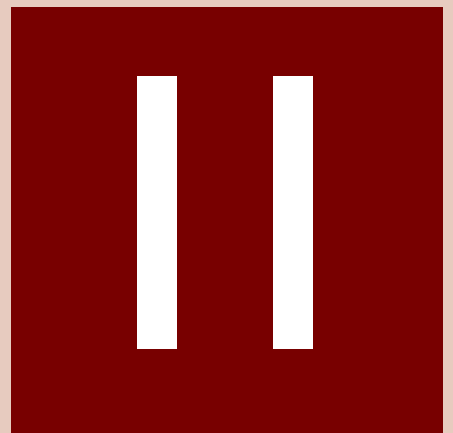
Data: 20 a 23 de novembro de 2010

Parceiros: Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, Memorial da Resistência de São Paulo (SEC/SP), Núcleo de Preservação da Memória Política/SP e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

O Seminário foi composto por três painéis que propunham a discussão sobre “Sítios de Consciência, Memória e Direitos Humanos”, “Memória e Ditadura no Brasil” e “Sítios de Consciência: experiências internacionais e nacionais”. Participaram palestrantes brasileiros de notório saber em memoriais e abertura de arquivos, e palestrantes estrangeiros membros da Cúpula da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência. Teve como público-alvo conselheiros da Comissão de Anistia, defensores de direitos humanos e convidados.

Gestão Administrativa

Parte



anistia

As ações da Coordenação de Ações Educativas no exercício 2007-2010 foram desenvolvidas de acordo com o procedimento administrativo adotado pela estrutura ministerial somada às experiências diárias obtidas através das atividades realizadas. Desta forma, as medidas adotadas foram sendo aprimoradas e adaptadas às necessidades cotidianas, de modo a consolidar uma metodologia própria de trabalho.

2.1. Metodologia de Trabalho

Anualmente a Coordenação de Ações Educativas elabora um planejamento das atividades futuras no âmbito dos “Encontros sobre Estratégias de Preservação e Divulgação da Memória”, promovidos pela Secretaria Executiva da Comissão de Anistia. O primeiro planejamento ocorreu em 2007 e previu as ações que seriam desenvolvidas ao longo do ano de 2008, suas diretrizes fundamentais, o formato das atividades e procedimentos necessários para sua execução, bem como a previsão orçamentária, mapeamento de possíveis parceiros e cronograma. Tal dinâmica se repetiu nos anos subsequentes.

A metodologia de trabalho adotada tem sido realizada em duas frentes estratégicas que compreendem atividades de mobilização e atividades de disseminação de informações. Estas atividades buscam fortalecer a Comissão de Anistia por meio de uma ampla base de apoio, a fim de obter êxito na execução de suas políticas públicas de justiça de transição, sensibilizar, discutir e informar sobre anistia política, e resgatar a memória e a verdade relativas ao período de repressão ditatorial por meio de ações educativas.

Com este intuito, a mobilização tem sido promovida visando dois segmentos: o primeiro relacionado ao mapeamento de *parceiros* para a promoção conjunta de atividades educativas a respeito do tema da anistia política, e à elaboração de agenda para firmar novas parcerias e consolidar as já em andamento. O segundo, relacionado ao mapeamento, divulgação e sensibilização do *público*, buscando atingir diversos setores da sociedade civil.

As atividades de disseminação de informações visam enriquecer o debate atinente ao tema da justiça de transição a partir da divulgação das atividades realizadas pela Comissão, da realização de seminários, audiências públicas e debates, do estímulo à pesquisa e à produção acadêmica, bem como por meio do registro das atividades, composição de acervo documental e relatórios de análise e avaliação das ações desenvolvidas. Neste sentido, foram realizados estudos teóricos a respeito das atividades educativas demonstrando sua relevância para a implantação

do processo justransicional brasileiro, promovidos cursos sobre anistia política e concebidas diretrizes conceituais e propostas de novas ações.

Importa constar que, apesar da distinção convencionada, as atividades de mobilização e de disseminação de informações se complementam. Em se tratando de atividades de cunho educativo, as próprias mobilizações comportam um teor informativo. As atividades de disseminação de informações, por sua vez, têm-se revelado importante instrumento para a concepção de estratégias de mobilização de novos públicos. Ademais, a execução de estudos teóricos implica, em muitos casos, trabalhos de mobilização junto a parceiros, a exemplo da necessária para a publicação de livro infanto-juvenil ou para a realização de oficinas pedagógicas nas escolas e universidades.

O trabalho realizado pela Coordenação está intrinsecamente associado ao trabalho de parceria interna e externa. A parceria interna refere-se à interface necessária com os outros setores da Comissão de Anistia. No caso da realização de uma edição da Caravana da Anistia, o apoio vai desde a Secretaria do Gabinete, que realiza a solicitação de passagens e diárias, passando pelas Coordenações de Análise, Julgamento e Finalização, até a Presidência e Vice-Presidência e Conselheiros. A parceria externa refere-se, por sua vez, ao estreito contato com os parceiros das localidades onde as atividades serão realizadas, necessário para um resultado satisfatório.

Parte das atividades incorpora ainda demandas administrativas e burocráticas, como a elaboração e envio de memorandos às unidades do Ministério da Justiça, a exemplo da *Coordenação Geral de Logística (CGL)*, que gere o contrato com a empresa de eventos; da *Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)*, que instala os equipamentos de informática quando necessário; do *Setor de Áudio e Vídeo (SEAUDI)*, que realiza a instalação de equipamentos de som, gravação de áudio e vídeo; da *Assessoria de Comunicação Social (ASC)*, que presta auxílio na divulgação de informações junto à imprensa nacional; do *Cerimonial*, que disponibiliza cerimonialistas para acompanhar diversas atividades. Além disso, elaboraram-se ofícios aos demais órgãos ministeriais, órgãos de governo estadual e municipal e sociedade civil.

Para o bom andamento interno das atividades, semanalmente realizam-se reuniões ordinárias para informes, organização, compartilhamento de informações e deliberação de eventuais pendências. Desta forma, permite-se que, a cada ano, o cronograma estabelecido durante o planejamento anual seja executado na sua integralidade.

Uma das formas que a Coordenação estabeleceu para manter o fluxo de informações foi a disponibilização de todos os documentos em pasta compartilhada na intranet, cujo arquivo é mantido atualizado em servidor compartilhado pelo Ministério da Justiça, localizado no seguinte endereço: \\mj\arquivos\anistia\Gabinete da Presidência\Núcleo Educativo. Com isto objetivou-se o uso produtivo das informações e documentos gerados pelos integrantes, a fim de permitir acessibilidade prática e rápida a toda equipe, baseado num sistema colaborativo, em que todos participam da inserção e atualização dos dados. Para além da documentação em meio digital, as atividades estão disponíveis em meio impresso, no arquivo físico da Coordenação.

2.1.1. Interface com outras Coordenações e Setores da Comissão de Anistia

a) Presidência e Vice-Presidência

Todas as questões políticas relativas ao conteúdo das atividades e ao contato com os parceiros são deliberadas conjuntamente com a Presidência e Vice-Presidência. Além disso, esta última tem a incumbência de convidar os membros do Conselho da Comissão de Anistia para participarem das atividades educativas. Aquelas que incluem instalação de sessões externas de apreciação de requerimentos de anistia política também requerem o contato direto da Vice-Presidência com os Conselheiros, visando a composição das turmas e distribuição dos processos.

b) Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva possui papel estratégico para o pleno andamento de todas as etapas que envolvem as atividades educativas. As Coordenações e Setores que fazem interface com a Coordenação das Ações Educativas estão sob sua supervisão e, nesse sentido, qualquer dificuldade administrativa é sanada diretamente pela Secretaria Executiva. É também por meio desta Secretaria que se estabelecem as principais interlocuções com as demais unidades do Ministério da Justiça e são dirimidos eventuais entraves administrativos.

c) Secretaria Geral

Trata-se do setor responsável pela solicitação e emissão de passagens e diárias – por meio do Sistema SCDP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – dos servidores, Conselheiros, prestadores de serviço e colaboradores eventuais que tenham sido destacados para participar das atividades educativas. Este setor também se responsabiliza pela prestação de contas relativas ao uso das diárias e passagens.

Além disso, esta secretaria realiza a reserva de salas para a execução das reuniões da Coordenação, sejam elas ordinárias ou extraordinárias; faz a mediação e controle do envio de materiais solicitados à Coordenação de Ações Educativas, através dos serviços dos Correios; controla a numeração, o envio e a chegada dos memorando e ofícios; solicita telefones funcionais ao órgão ministerial competente (CGL) para serem utilizados nas viagens e disponibiliza materiais de escritórios básicos para o trabalho diário.

d) Coordenação de Comunicação

Responsável pela divulgação e mobilização na imprensa, e em outros meios de comunicação alternativos, de todas as atividades da Comissão, incluídas as da Coordenação de Ações Educativas. Sua presença é fundamental antes, durante e depois das atividades realizadas. Na fase preparatória realiza a divulgação das atividades no *mailing* da Comissão de Anistia, encaminhando os cartazes e *flyers*

eletrônicos; auxilia a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça; e produz as Sessões de Memória (vídeos em homenagem aos ex-perseguidos políticos, que compõem a programação das Caravanas da Anistia). Durante as atividades, além da interlocução com a imprensa, acompanha as exibições de vídeos e filmagens. Ao fim das atividades, atende às demandas da imprensa a respeito dos resultados dos julgamentos. Por fim, é a responsável pela manutenção e acervo de todos os materiais de áudio e vídeo produzidos pela Comissão de Anistia.

e) Coordenação de Cooperação Internacional

A interface com esta Coordenação se estabelece nas ocasiões em que há parceiros ou convidados internacionais. Desta forma, auxilia nos contatos com parceiros estrangeiros, acompanhamento de expedição de passagens, tradução de programações dos eventos, convites, ofícios e textos. Além disso, é responsável pela gerência dos contratos de consultoria por meio do Convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desta forma, viabiliza o deslocamento das consultoras para as atividades de mobilização, imprescindíveis para a execução das ações.

f) Coordenação de Parcerias e Convênios

Em abril de 2010, esta Coordenação elaborou edital público que selecionou 10 projetos de preservação, memória, divulgação, difusão e de incremento do acervo material e imaterial da Comissão de Anistia, com ênfase em atividades temáticas sobre o processo de Anistia Política e Justiça de Transição no Brasil. Por meio destas contratações, estão sendo apoiadas financeiramente a produção de dois documentários, duas exposições, duas publicações, um material didático e seminários, além do apoio à itinerância de um show musical e de uma peça de teatro. Entre estes projetos, quatro estão vinculados diretamente às Caravanas da Anistia: dois registros históricos – um documentário e um catálogo – e duas atividades artísticas que irão acompanhar a programação das Caravanas – o espetáculo “A Filha da Anistia” e a apresentação musical “Tempo de Resistência”. Estes projetos serão implementados a partir de 2011 e pressupõem a interface constante entre a Coordenação de Ações Educativas e a Coordenação de Parcerias e Convênios.

g) Coordenação de Orçamento e Finanças

Os recursos necessários para a realização das atividades são geridos por este setor. Desta forma, a Coordenação de Ações Educativas comunica o custo estimado de cada evento para ser realizada a descentralização do recurso financeiro e assim garantir o pagamento da empresa de eventos contratada pelo Ministério da Justiça.

h) Coordenação de Análise

Esta Coordenação possui papel relevante no que diz respeito ao suporte às sessões externas de julgamento realizadas no âmbito das atividades educativas, como as Caravanas e Anistias Culturais. Trata-se da equipe responsável pela elaboração

das minutas de votos dos processos a serem julgados, bem como pelo registro de eventuais modificações que possam ocorrer no voto durante os julgamentos. Em momento anterior à sessão, a Coordenação de Análise é responsável pela elaboração do resumo histórico de cada processo a ser encaminhado à Coordenação de Comunicação, visando uma melhor divulgação das atividades na mídia.

i) Coordenação de Julgamento

Tal como a Coordenação de Análise, a Coordenação de Julgamento possui extrema relevância no que diz respeito ao suporte das sessões externas de julgamento no âmbito das atividades educativas. É responsável pela publicação da pauta de julgamentos no Diário Oficial da União que posteriormente é disponibilizada pela Coordenação de Ações Educativas aos parceiros locais para divulgação e contato com os requerentes, buscando garantir que estejam presentes no dia da apreciação do seu requerimento. Ademais, é responsável pela elaboração da ata de cada requerimento durante o julgamento, pela coleta de assinaturas dos Conselheiros e requerentes e pela consolidação dos resultados e disponibilização para a Coordenação de Comunicação e inserção dos dados na página eletrônica do Ministério da Justiça.

j) Coordenação de Contadoria e Finalização

Além das Coordenações de Análise e Julgamento, a Finalização também se faz presente nas sessões externas de julgamento dando suporte à realização dos cálculos relativos à reparação econômica deliberada pelo Conselho.

A participação de funcionários das Coordenações de Finalização, Análise e Julgamento nas Caravanas e Anistias Culturais é indicada pelos respectivos Coordenadores e repassada diretamente à Coordenação de Ações Educativas, com o aval da Secretaria Executiva.

2.1.2. Apoio a outras Coordenações e Setores da Comissão de Anistia

A Coordenação de Ações Educativas adquiriu *expertise* na consecução de atividades, desde o planejamento, execução e finalização de eventos, até a elaboração e execução dos serviços gráficos. Deste modo, atua também auxiliando outras Coordenações como a de Cooperação Internacional, de Comunicação, do Projeto do Memorial da Anistia e Gabinete da Presidência.

2.2. Procedimentos de Execução das Atividades

2.2.1. Etapas Fundamentais das Caravanas da Anistia e Anistias Culturais

De um modo geral, estas atividades envolvem as seguintes etapas:

a. Constituição da parceria – via de regra, todas as atividades educativas nascem da demanda de um determinado parceiro. É ele quem vai sugerir o desenho inicial da atividade, como a escolha do local, a motivação e atividades complementares.

b. Definição do local e data – firmada a parceria é definido o local onde a atividade será realizada (cidade e espaço físico) e a melhor data. Este é um momento de decisão conjunta, pois tais definições devem atender tanto aos interesses e agendas da Comissão de Anistia quanto aos do parceiro.

c. Formato/conteúdo da atividade – definidas a data e o local, passa-se a elaborar o conteúdo do evento. Em geral, as Caravanas da Anistia já possuem um padrão de formato, o que não exclui que o parceiro possa agregar outras atividades ou ainda contribuir com idéias novas para o ato das homenagens.

A contribuição do parceiro na elaboração do conteúdo do evento é fundamental. Este é o momento em que indicam, por exemplo, as autoridades locais ou outras personalidades que consideram importantes para compor a mesa de abertura da Caravana. Também é comum nesta etapa, os parceiros sugerirem uma atividade cultural para “abrir” ou “encerrar” o evento. Nesta ocasião, por sugestão do parceiro, já se exibiu vídeos, realizou-se homenagens a ex-perseguidos locais e incumbiu-se ao parceiro até mesmo a ornamentação/decoração do espaço onde ocorreu a Caravana. Acredita-se que sempre que o parceiro contribui efetivamente com esta etapa, a atividade se torna mais plural e participativa.

d. Estrutura necessária – para a realização das Caravanas e Anistias Culturais, uma infraestrutura mínima se faz necessária. Embora a Comissão de Anistia tenha condições de arcar com a maior parte desta etapa, não raro os parceiros (na medida de suas condições) também contribuem com a logística. Neste caso, todo o apoio é bem-vindo na medida em que, por um lado, desonera os gastos públicos e, por outro, torna o parceiro responsável pela execução direta do evento. Os parceiros, na maioria das vezes, arcam com o espaço físico onde ocorrerá o evento (auditório, salão, salas de aula) e, em algumas vezes, com o transporte local para o deslocamento de convidados. Entretanto, já são inúmeras as Caravanas em que o parceiro disponibilizou computadores, impressoras, equipamentos de áudio e vídeo, sonorização, *coffee break*, equipe de apoio, data show, dentre outros itens.

No que se refere à infraestrutura disponibilizada pelo Ministério da Justiça, os procedimentos de contratação dos serviços estão sob responsabilidade da CGL.

Para esta Coordenação, até o dia 05 de fevereiro de cada ano, são encaminhados o cronograma geral de eventos e os memorandos solicitando o apoio logístico para cada atividade, atendendo ao artigo 2º da Portaria GM/MJ nº 1371 de 20 de maio de 2009.

e. Vinculação de outros parceiros – ainda que a preparação das atividades se inicie com um determinado parceiro, é comum que ao longo deste processo se agreguem novas parcerias. O grau de envolvimento de cada um deles varia bastante, ainda assim, a ampla gama de parceiros tende a potencializar as atividades.

f. Divulgação e mobilização do público – em que pese a Comissão de Anistia disponha de equipe de consultoras contratadas para as atividades de mobilização e divulgação de suas atividades educativas, esta realidade não dispensa outras formas de divulgação e mobilização do público local. Em razão da extensa dimensão territorial do país, os parceiros têm cumprido uma dupla função: por um lado intermedeiam o contato entre as consultoras e as entidades não-governamentais e órgãos de governo e, por outro, realizam eles mesmos a divulgação, especialmente em cidades vizinhas e mais remotas. Em diversas ocasiões são eles também que iniciam o contato com a imprensa local. Ademais, como nem sempre os parceiros têm condições de contribuir com a infraestrutura, muitas vezes sua participação se dá por meio das mobilizações.

g. Dinâmica com a equipe da Comissão de Anistia – a cada atividade é preparado um documento informativo contendo todas as informações necessárias sobre o evento a ser realizado. Tal documento é entregue dias antes a toda equipe – funcionários e conselheiros. Para os primeiros, o documento é entregue em reunião preparatória ao evento, ocasião em que todas as informações (parceiros, espaço utilizado, público alvo, quantidade de processos e turmas, formato adotado, expectativas locais, hotel, transporte, etc.) são socializadas e dúvidas são sanadas.

Após o evento, realiza-se reunião de avaliação. Na ocasião, críticas, sugestões e dificuldades são discutidas de modo a aprimorar a realização das próximas atividades.

2.3. Impacto das Caravanas da Anistia

a) Estados e cidades visitados

Entre os anos de 2008 a 2010, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, através da Coordenação de Ações Educativas, realizou **47** Caravanas da Anistias, percorrendo **18** estados brasileiros e Distrito Federal (Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe) e **30** cidades (Anápolis; Aracaju; Belém; Belo Horizonte; Betim; Brasília; Caxias do Sul; Charqueadas; Curitiba; Fortaleza; Florianópolis; Goiânia; João Pessoa;

Maceió; Natal; Niterói; Pelotas; Porto Alegre; Recife; Rio Branco; Rio de Janeiro; Salvador; São Bernardo do Campo; São Domingos do Araguaia; São Leopoldo; São Luís; São Paulo; Uberlândia; Vitória; Volta Redonda).

Figura 1: Estados visitados pela Caravana da Anistia

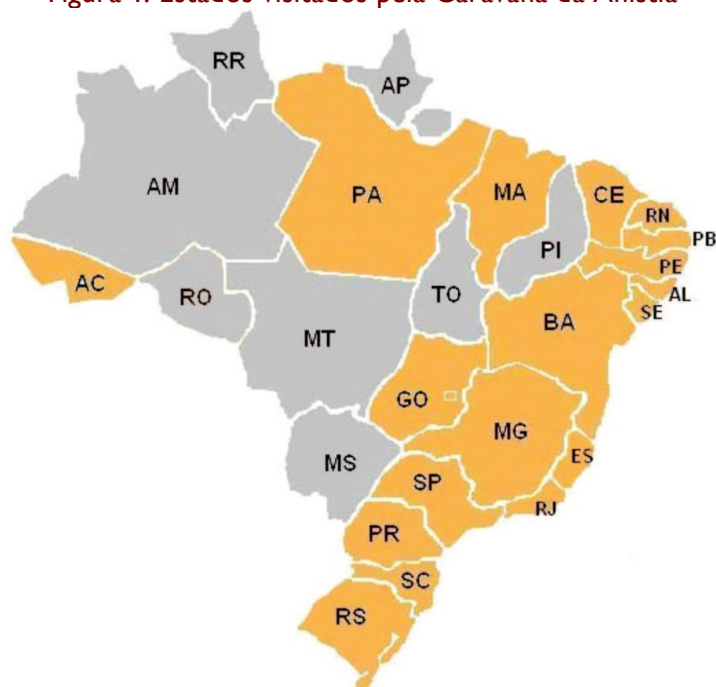


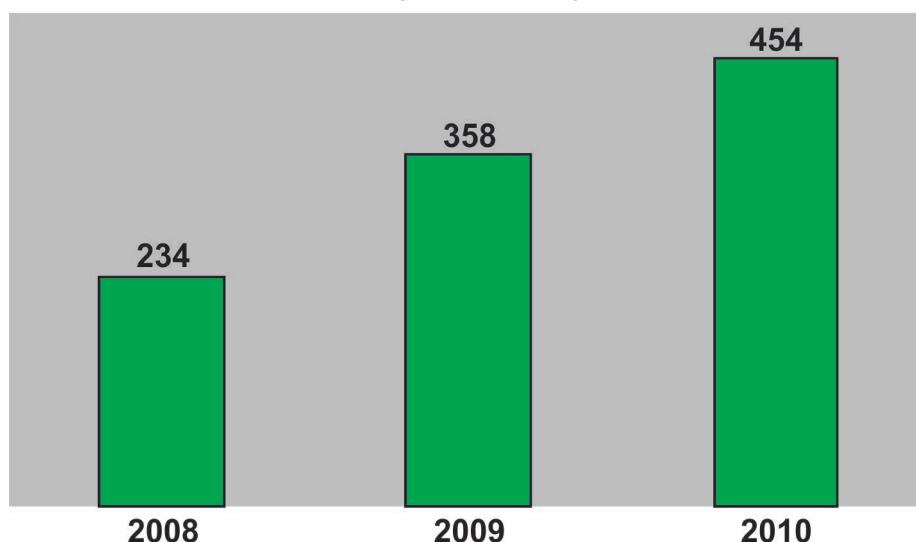
Figura 2: Cidades visitadas pela Caravana da Anistia



b) Número processos apreciados em Caravanas da Anistia

Durante as 47 Caravanas da Anistia mais de 1.000 histórias foram relatadas por meio dos processos apreciados *in loco*, conforme tabela abaixo:

Número de processos apreciados



c) Parceiros

Na realização de suas atividades, a Comissão de Anistia busca parcerias estratégicas. Os parceiros têm papel fundamental na preparação, realização, mobilização e divulgação do evento junto à população local.

Desde a primeira Caravana da Anistia, realizada em abril de 2008, até a última desta gestão, realizada em novembro de 2010, foram contabilizados **170** parceiros, advindos de diversos setores da sociedade, conforme tabela a seguir

Classificação Geral das Parcerias	Número
Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	37
ONGs, Associações e Movimentos Sociais	30
Instituições de Ensino Superior	25
Entidades Estudantis	10
Grupos de Anistiados e Anistiandos	17
Entidades Religiosas	12
Entidades Advocatícias	11
Sindicatos	18
Diversos	10
Total	170

d) Classificação detalhada das parcerias (em ordem alfabética)

Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

Arquivo Nacional/Memórias Reveladas
Assembléia Legislativa do Estado do Ceará
Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte
Câmara dos Deputados/ Comissão de Direitos Humanos
Câmara Municipal de Vereadores de Niterói
Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas
Câmara Municipal de Vereadores de Recife
Câmara Municipal de Vereadores de São Bernardo do Campo
Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo
Câmara Municipal de Vereadores de Volta Redonda
Central de Articulação das Entidades de Saúde
Governo do Estado da Bahia
Governo do Estado da Paraíba
Governo do Estado de Alagoas / Secretaria da Mulher, da Cidadania dos Direitos Humanos / Centro de Apoio às Vítimas de Crime
Governo do Estado de Pernambuco
Governo do Estado de São Paulo
Governo do Estado do Acre
Governo do Estado do Maranhão
Governo do Estado do Pará/ Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/ Casa Civil
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
Memorial da Resistência
Ministério da Cultura
Pinacoteca do Estado de São Paulo
Prefeitura Municipal de João Pessoa
Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
Prefeitura Municipal do Recife/Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria da Defesa e da Cidadania de São Paulo/Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia/Fundação Cultural do Estado da Bahia
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Senado Federal/Comissão de Educação
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Organizações Não-governamentais, Institutos, Associações e Movimentos Sociais

Associação Agá & Vida
 Associação Brasileira de Anistiados Políticos
 Associação Brasileira de Imprensa
 Associação Brasileira do Ensino do Direito
 Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais empresas estatais
 Associação de Magistrados da Paraíba
 Associação de Mulheres Beth Lobo
 Associação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
 Associação dos Amigos do Tempo Glauber
 Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Municípios de Niterói e São Gonçalo
 Associação dos Juízes para a Democracia
 Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC
 Associação dos Professores Universitários da Bahia
 Casa da América Latina
 Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre
 Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte
 Centro de Estudos e Referência da Cultura Afro-Brasileira do Acre
 Entidade Nacional dos Cíveis e Militares Aposentados e da Reserva
 Fórum Permanente Contra Violência de Alagoas
 Instituto Catarinense de Aprendizagem e Educação Infantil
 Instituto de Acesso à Justiça
 Instituto Felipe Kumamoto
 Instituto Paulo Freire
 Movimento dos Atingidos por Barragens
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
 Mulheres no Poder
 Núcleo de Direitos Humanos e Combate a Homofobia do Acre
 Organização Social Amor e Vida
 Rede de Educação Cidadã/Talher Nacional
 Via Campesina

Instituições de Ensino Superior

Centro Universitário de João Pessoa
 Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina
 Faculdade de Direito de Vitória
 Faculdades ASPER
 Instituto de Ensino Superior Metodista Izabela Hendrix
 Instituto Sedes Sapientiae
 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Campus Betim
 UniEvangélica
 Universidade Aberta do Brasil
 Universidade Católica de Brasília

Universidade Católica de Goiás
Universidade Católica de Pelotas
Universidade de Brasília
Universidade de Caxias do Sul
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Universidade Estácio de Sá
Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal de Alagoas
Universidade Federal de Goiás
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Pelotas/ Projeto Tribunos da Cidadania
Universidade Federal de Uberlândia
Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal Fluminense

Entidades Estudantis

Centro Acadêmico XI de Maio
Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco
Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de Goiás
Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Caxias do Sul
Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pelotas
Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Uberlândia
Federação Nacional dos Estudantes de Direito
União da Juventude Socialista
União Estadual dos Estudantes de Goiás
União Nacional dos Estudantes

Grupos de Anistiados e Anistiandos

Associação 64/68
Associação de Militares Anistiados e Anistiados das Forças Armadas do Brasil
Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba
Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica
Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia
Associação Nacional de Anistiados Políticos
Associação Norte-riograndense de Anistiados Políticos
Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou
Comitê Estadual Contra Tortura do RS
Fórum de Anistia dos Operários Navais e Metalúrgicos de Niterói e São Gonçalo
Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo
Fórum Mineiro de Direitos Humanos
Grupo Tortura Nunca Mais/BA
Grupo Tortura Nunca Mais/PR
Grupo Tortura Nunca Mais/SP
Movimento de Justiça e Direitos Humanos
Movimento dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Rio Grande do Sul

Entidades Religiosas

Comissão Brasileira de Justiça e Paz
 Comissão Pastoral da Terra
 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil
 Congregação de Nossa Senhora Cônegas de Santo Agostinho
 Conselho Nacional das Igrejas Cristãs
 Coordenadoria Ecumênica de Serviço
 Encontro Brasileiro de Jovens
 Igreja Metodista
 Movimento Juventude Operária Católica
 Paróquia de São Domingos do Araguaia
 Pastoral da Juventude

Entidades Advocáticas

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
 Escola Superior de Advocacia
 Ordem dos Advogados do Brasil/ BA
 Ordem dos Advogados do Brasil/ES
 Ordem dos Advogados do Brasil/MA
 Ordem dos Advogados do Brasil/Niterói
 Ordem dos Advogados do Brasil/PB
 Ordem dos Advogados do Brasil/Pelotas
 Ordem dos Advogados do Brasil/RJ
 Ordem dos Advogados do Brasil/SE
 Ordem dos Advogados do Brasil/Volta Redonda

Sindicatos

Central Única dos Trabalhadores
 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
 Federação dos Aposentados e Pensionistas de São Paulo
 Força Sindical
 Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes
 Sindicato dos Advogados de São Paulo
 Sindicato dos Bancários de São Paulo
 Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
 Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense
 Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro
 Sindicato dos Petroquímicos de Camaçari/BA
 Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais
 Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul
 Sindicato dos Siderúrgicos e Metalúrgicos da Baixada Santista
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, do Mobiliário, Montagem e Pesada
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
 Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social do Estado de Alagoas

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material de São Paulo

Diversos

Conselho Regional de Engenharia
Fórum Municipal de Economia Solidária de Porto Alegre
Fundação Maurício Grabois
Grupo de Teatro Bando do Olodum
Partido Comunista do Brasil
Partido dos Trabalhadores
Teatro Oficina
Teatro Vila Velha
UNESCO
Viva Idéias Produções

e) Público Atingido

O público presente nas Caravanas apresenta-se bastante diversificado, variando entre requerentes, anistiados, familiares e sociedade civil interessada. A diversidade do público resultou do trabalho de mobilização realizado pela Coordenação de Ações Educativas e pelos parceiros. Estima-se que as Caravanas da Anistia já atingiram um público de mais de **15.000** pessoas.

f) Composição da Bandeira das Liberdades Democráticas

Um dos momentos simbólicos da solenidade de abertura da Caravana refere-se ao Ato da Bandeira das Liberdades Democráticas. Trata-se da entrega de um retalho de tecido que simboliza as parcerias firmadas com a Comissão de Anistia no intuito de consolidar o envolvimento dos parceiros com a temática da anistia política. Os retalhos contêm a logomarca das entidades, um símbolo, uma frase relacionada ao tema, um desenho ou outra forma de expressão que se queira manifestar. Na gestão 2008-2010, formou-se uma grande bandeira com cerca de **105** retalhos.

Figura 3 - Bandeira das Liberdades Democráticas. Crédito: Paulino Menezes



2.4. Contributos teóricos à reflexão e ampliação das atividades

Importa constar que as consultoras contratadas pelo Convênio PRODOC BRA/08/021 realizaram diversos estudos, ações de mobilização nacional e internacional e disseminação de informações relativas às atividades desenvolvidas pela Comissão de Anistia. Os produtos, frutos desta contratação, contribuem para a reflexão e o conhecimento mais aprofundado das atividades realizadas e sua relevância sociopolítica no contexto justransicional brasileiro.

No que se refere às atividades inerentes à Coordenação de Ações Educativas, foram realizados os seguintes relatórios, estudos e propostas:

- 1) Análise das propostas de projetos artísticos e culturais encaminhados à Comissão de Anistia sobre o período de repressão de estado, buscando avaliar a pertinência e a viabilidade das propostas para disseminação do tema junto à sociedade civil, bem como seu potencial sensibilizador nas atividades de mobilização;
- 2) Banco de dados sistematizado contendo rol de Associações de Anistiados e Anistiandos do Brasil;
- 3) Banco de dados sistematizado contendo rol de parceiros governamentais e não-governamentais envolvidos na realização das Caravanas da Anistia e Anistias Culturais, de modo a verificar o seu grau de participação, contribuição e envolvimento nas atividades;
- 4) Concepção de diretrizes para elaboração de livro infanto-juvenil sobre Anistia Política;
- 5) Desenvolver conteúdo e estratégias de divulgação para publicação de material pedagógico voltado para o público juvenil sobre o tema da Anistia Política no Brasil;
- 6) Documento de análise e avaliação das Anistias Culturais realizadas no primeiro semestre de 2009, apresentando balanço e sistematização das experiências, com vistas a potencialização da mobilização;
- 7) Documento de análise e avaliação das Anistias Culturais realizadas no segundo semestre de 2009, apontando o impacto político-social de cada uma delas e o resultado da mobilização realizada;
- 8) Documento de análise e avaliação das Anistias Culturais realizadas durante o ano de 2010, apontando o impacto político-social de cada uma delas e o resultado da mobilização realizada;
- 9) Documento de análise e avaliação das Caravanas da Anistia realizadas no primeiro semestre de 2009, nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, apontando o impacto político-social de cada uma delas e o resultado da mobilização realizada;
- 10) Documento de análise e avaliação das Caravanas da Anistia realizadas no primeiro semestre de 2009, nas regiões norte e nordeste, apontando o impacto político-social de cada uma delas, apresentando balanço

- e sistematização das experiências, com vistas a potencialização da mobilização;
- 11) Documento de análise e avaliação das Caravanas da Anistia realizadas no segundo semestre de 2009, nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, apontando o impacto político-social de cada uma delas e o resultado da mobilização realizada;
 - 12) Documento de análise e avaliação das Caravanas da Anistia realizadas no segundo semestre de 2009, nas regiões norte e nordeste, apontando o impacto político-social de cada uma delas e o resultado da mobilização realizada;
 - 13) Documento de análise e avaliação das Caravanas da Anistia realizadas no primeiro semestre de 2010, nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, apontando o impacto político-social de cada uma delas e o resultado da mobilização realizada;
 - 14) Documento de análise e avaliação das Caravanas da Anistia realizadas no primeiro semestre de 2010, nas regiões norte e nordeste, apontando o impacto político-social de cada uma delas e o resultado da mobilização realizada;
 - 15) Documento de análise e avaliação das Caravanas da Anistia realizadas no segundo semestre de 2010, nas regiões norte e nordeste, apontando o impacto político-social de cada uma delas e o resultado da mobilização realizada;
 - 16) Documento de análise e avaliação sobre o Seminário dos 30 Anos da Lei de Anistia, dando ênfase aos reflexos do tema em diferentes espaços sociais, propondo estratégias de aprofundamento do tema e continuidade das parcerias consolidadas;
 - 17) Estudo analítico sobre a temática da Anistia Política no Brasil, no contexto da educação em direitos humanos, para fins de publicação;
 - 18) Mapeamento e constituição de banco de dados contendo as Instituições de Ensino Superior que, a partir de 2007, desenvolveram grupos de estudo e atividades acadêmicas em geral sobre a temática da Anistia Política no Brasil;
 - 19) Pesquisa de material e produção de vídeos pedagógicos, denominados *Sessões de Memória*, a serem apresentadas no âmbito das Caravanas da Anistia e Anistias Culturais;
 - 20) Promover o levantamento bibliográfico, em nível nacional e internacional, sobre justiça de transição, com vistas a fornecer subsídios para elaboração de materiais didáticos;
 - 21) Proposta de conteúdo para a concepção de vídeo institucional sobre as Caravanas da Anistia;
 - 22) Proposta de Edital de premiação a projetos que fomentem pesquisa sobre o tema da anistia entre professores e alunos das Instituições de Ensino Superior no Brasil;

- 23) Proposta de Oficinas Temáticas para professores da área das Ciências Jurídicas e Sociais sobre o tema “Justiça de Transição e Ensino do Direito”, visando sensibilizar e mobilizar novas parcerias com Instituições de Ensino Superior Nacionais e Internacionais;
- 24) Proposta de Oficinas Pedagógicas sobre Anistia Política a serem desenvolvidas nas redes pública e privada do ensino fundamental e médio;

Outros estudos e relatórios relativos aos trabalhos da Comissão de Anistia foram:

- 1) Elaboração de documento informativo, constituído de perguntas e respostas sobre a Lei 10.559/2009 e o funcionamento da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça;
- 2) Documento de análise e avaliação sobre o Seminário Luso-brasileiro sobre Repressão e Memória Política realizado no mês de abril de 2009 em Coimbra-Portugal, propondo estratégias de aprofundamento do tema e continuidade da parceria;
- 3) Elaboração de folder institucional para disseminação de informações sobre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça;
- 4) Estudo analítico sobre a temática da tortura praticada durante o período de repressão de Estado e Direitos Humanos, para fins de publicação;
- 5) Estudo sobre o perfil dos Conselheiros da Comissão de Anistia com vistas a alimentar o site da Comissão de Anistia;
- 6) Mobilização de público e organizar evento referente ao Curso Internacional sobre Justiça de Transição a se realizar no segundo semestre de 2009;
- 7) Projeto de publicação sistemático analítico contendo legislação pertinente ao tema da Anistia Política no Brasil, incluindo acordos e tratados internacionais aos quais o Brasil seja signatário;
- 8) Proposta de metodologia de avaliação, organização administrativa e gestão do Setor de Assessoria e Projetos da Comissão de Anistia;

No que se refere às atividades do Núcleo do Memorial da Anistia, foram realizados os seguintes relatórios:

- 1) Plano de trabalho sobre a organização, funcionamentos, metodologia de avaliação, preparação de pautas seqüências de trabalho da Comissão de Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil;
- 2) Preparação de proposta, organização e registro da audiência pública em Belo Horizonte para a apresentação da proposta edificações e obras as comunidades do bairro Santo Antônio e representações da sociedade civil;
- 3) Registro, organização e sistematização dos debates e encaminhamentos de 7 reuniões ordinárias do Comitê Executivo da Comissão de Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil;

- 4) Registro, organização e sistematização dos debates e encaminhamentos das reuniões ordinárias do Comitê de Obras da Comissão de Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil;
- 5) Organização e registro de oficina de dialogo e escuta sobre a proposta de museografia com participação de anistiados e anistiandos e suas representações;
- 6) Organização e registro de oficina de dialogo e escuta sobre a proposta de museografia com participação de intelectuais e especializadas no tema das ditaduras;
- 7) Registro, organização e sistematização dos debates e encaminhamentos das reuniões ordinárias do Comitê de Museografia da Comissão de Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil;
- 8) Registro, organização e sistematização dos debates e encaminhamentos das reuniões ordinárias do Comitê de Social da Comissão de Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil;
- 9) Organização e registro de oficina de dialogo e escuta sobre a proposta de museografia com participação de Conselheiros da Comissão de Anistia, servidores do Ministério da Justiça e da Universidade Federal de Minas Gerais;
- 10) Documento final contendo o balanço do trabalho, reuniões, deliberações, registro de discussões, atas, ajudas-memória de todo o funcionamento da Comissão de Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil.

Os documentos acima relacionados encontram-se no arquivo físico da Coordenação de Cooperação Internacional da Comissão de Anistia.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos:

À equipe da CGL-EVENTOS, que auxiliou com presteza no apoio aos eventos do Educativo.

Ao SEAUDI, pela contribuição na logística de áudio e filmagem dos nossos eventos.

A todos da ACS, pelos relevantes serviços prestados na disseminação e visibilidade dos trabalhos da Comissão de Anistia.

Aos colegas do Cerimonial, notadamente Geraldo Fontoura, Viviane Kuhn, Aline Pontes, Marigeuza Medeiros, Liana Lima e Sinara Tofoli, pelo empenho e dedicação dispensados às demandas do Educativo.

À equipe da CGTI, pela colaboração no suporte logístico.

À CGMA pelo apoio na confecção da arte dos materiais de divulgação.

Ao Isaac Amorim Filho, pelos registros fotográficos.

Aos Conselheiros e Presidente desta Comissão pela dedicação e estímulo que possibilitaram a realização de nossos projetos.

À Secretaria Executiva, Coordenações e Setores da Comissão de Anistia, por todo auxílio, suporte e compreensão com nossa equipe.

À Simone Steigleder Botelho pela confecção da Bandeira das Liberdades Democráticas.

A todos os parceiros, que confiaram no trabalho do Educativo e contribuíram sobremaneira para o sucesso das atividades.

